**DRAMA** SEM AMPARO, DOMÉSTICAS RESGATADAS DE SITUAÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO ENFRENTAM DIFICULDADES PARA SE ADAPTAR À VIDA EM LIBERDADE

**ENERGIA** TARIFAS EXORBITANTES E UM SISTEMA MENOS SEGURO. EIS O RESULTADO DE 30 ANOS DE ABERTURA E PRIVATIZAÇÕES NO SETOR ELÉTRICO

# CartaCapital

CartaCapital 30 ANOS

cartacapital.com.br
ANO XXX Nº 1370
R$ 31,90
16 DE JULHO DE 2025

basset editora

# PREPOTÊNCIA

TRUMP USA BOLSONARO COMO DESCULPA PARA CHANTAGEAR O BRASIL. E O BOLSONARISMO CHAFURDA NA SUBMISSÃO AOS EUA

ines249

# FENAE COM ELAS

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas. Doe e ajude!

Talvez você ainda não saiba, mas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

A cada 6 horas, uma mulher é assassinada. Na maioria dos casos, os sinais vieram antes: humilhações, controle, isolamento, agressões verbais.

O homicídio contra a mulher (feminicídio), é o ponto final de um longo ciclo de violência que pode – e deve – ser interrompido.

Por isso, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal** (**Fenae**) entrou em ação!

Aderimos à mobilização nacional **Feminicídio Zero**, do Ministério das Mulheres, e fomos além: lançamos a campanha **Fenae com Elas** e criamos, em todo o país, uma rede de empoderamento, conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher.

ines249

# FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

/fenaefederacao

@fenaefederacao

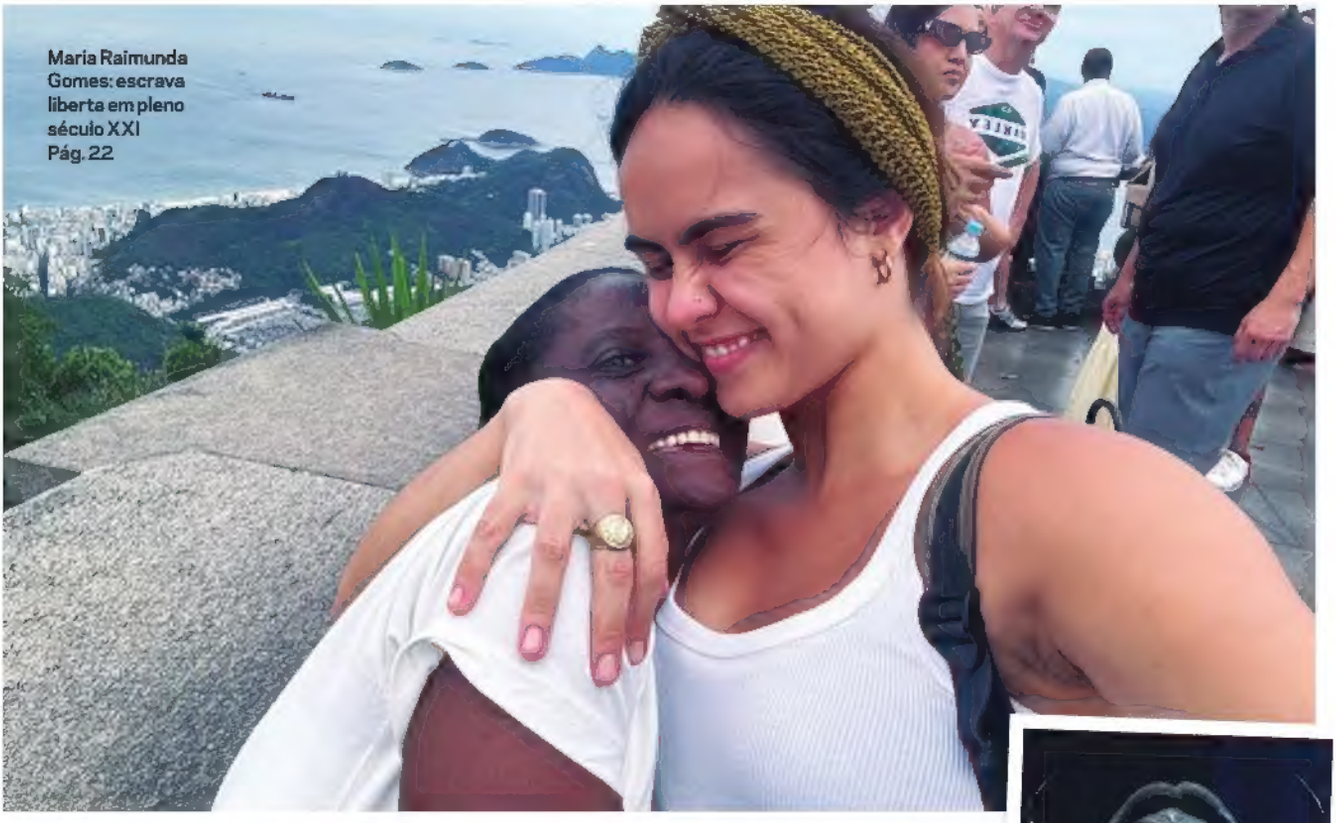
www.fenae.org.br

(61) 98142 8428

/company/fenae-federacao

ines249
CartaCapital
*Tudo que importa para quem se importa*

16 DE JULHO DE 2025 • ANO XXX • Nº 1370



Maria Raimunda Gomes: escrava liberta em pleno século XXI
Pág. 22

8 CARTA AO LEITOR
9 A SEMANA
11 JAMIL CHADE
19 PAULO ARTAXO

## Seu País

20 IOF Governo e Congresso retomam as negociações
22 ESCRAVIDÃO A difícil readaptação à vida livre de domésticas resgatadas
28 SÃO PAULO Profissionais da saúde denunciam calote do governo Tarcísio
31 ALDO FORNAZIERI
32 MINAS GERAIS A derrota de Zema na federalização da estatal Codemig
35 CRISTINA SERRA
36 VIOLÊNCIA O Sou da Paz recorre à IA na campanha pelo desarmamento
39 FRED MELLO PAIVA

## Economia

40 ENERGIA A abertura do setor elétrico, que completa 30 anos, piorou o sistema
43 ADALBERTO VIVIANI
44 ANÁLISE Os BRICS retomam a ideia de uma moeda internacional

## Nosso Mundo

46 EUA Elon Musk lança o American Party, movimento para abrigar o seu ego e seus interesses
48 ENTREVISTA Megaeventos como a COP precisam ser remodelados, defende Vinícius Lindoso

**Capa:** Pilar Velloso. Foto: Win McNamee/ Getty Images/AFP

# Plural

## 50 GRADES REAIS E INVISÍVEIS

A COMPANHIA DE TEATRO DE HELIÓPOLIS SE INSPIRA NAS AGRURAS DO CÁRCERE

53 LITERATURA O universo de Ospina Pizano 54 PROTAGONISTA Um editor disseca a Lava Jato 56 AFONSINHO 57 SAÚDE *Por Ligia Bahia* 58 CHARGE *Por Venes Caitano*

## 12 CHANTAGISTA

TRUMP USA BOLSONARO PARA ACHACAR O BRASIL, O GOVERNO LULA SE MANTÉM FIRME E OS BOLSONARISTAS CHAFURDAM

REDES SOCIAIS E RICK BARNESCHI

**CENTRAL DE ATENDIMENTO** FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

**DIRETOR DE REDAÇÃO:** Mino Carta

**REDATOR-CHEFE:** Sergio Lirio
**EDITOR-EXECUTIVO:** Rodrigo Martins
**CONSULTOR EDITORIAL:** Luiz Gonzaga Belluzzo
**EDITORES:** Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
**REPÓRTER ESPECIAL:** André Barrocal
**REPÓRTERES:** Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Mauricio Thuswohl (Rio de Janeiro)

**DIRETORA DE ARTE:** Pilar Velloso
**CHEFES DE ARTE:** Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
**DESIGN DIGITAL:** Murillo Ferreira Pinto Novich
**FOTOGRAFIA:** Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
**REVISOR:** Hassan Ayoub
**COLABORADORES:** Adalberto Viviani, Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Amanda Queirós, Arthur Chiaro, Arturo Hartmann, Augusto Diniz, Carlos Henrique Carneiro da Cunha de Mello Belluzzo, Claudio Bernabucci (Roma), Claudio Couto, Drauzio Varella, Cristina Serra, Elnara Negri, Fábio Mascaro Querido, Fred Melo Paiva, João Paulo Charleaux, Kelvin Falcão Klein, Lenaide Duarte-Plon, Lígia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda, Maria Fernanda Vomero, Marjorie Marona, Murilo Matias, Ormiro Costa Jr., Paula Sperb, Paulo Cezar Soares, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Renato Meirelles, René Ruschel, Riad Younes e Sylvia Colombo
**ILUSTRADORES:** Eduardo Baptistão, Severo e Vanes Caitano

**CARTA ONLINE**
**EDITORA-EXECUTIVA:** Thais Reis Oliveira
**EDITORES:** Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
**EDITOR-ASSISTENTE:** Gabriel Andrade
**REPÓRTERES:** Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), André Costa Lucena, Vinicius Nunes Souza e Wandal Lima do Carmo
**VÍDEO:** Carlos Melo (Produtor) e Lola Magalhães (Editora)
**ESTAGIÁRIA:** Ana Luiza Sanfilippo
**REDES SOCIAIS:** Caio César
**SITE:** www.cartacapital.com.br

**basset** editora

**EDITORA BASSET LTDA.** Rua da Consolação, 881, 10º andar
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

**PUBLISHER:** Manuela Carta
**DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS:** Adalberto Viviani
**DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS:** Mara Lúcia da Silva
**GERENTE DE PROJETOS:** Mariana de Mello
**GERENTE COMERCIAL:** Rosana Luiz Diniz
**GERENTE DE TECNOLOGIA:** Anderson Sene
**NOVOS PROJETOS:** Demetrios Santos
**AGENTE DE BACK OFFICE.** Verônica Melo
**CONSULTOR DE LOGÍSTICA:** EdiCase Gestão de Negócios
**EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega e Rita de Cássia Silva Paiva

**REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:**
**RIO DE JANEIRO:** Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
**BA/AL/PE/SE:** Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
**CE/PI/MA/RN:** AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
**MG:** Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
**OUTROS ESTADOS:** comercial@cartacapital.com.br

**ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA:** Actuel Consultoria S.S.
Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010
www.actualsc, Telefone (11) 3871-0506

**CARTACAPITAL** é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa

**IMPRESSÃO:** Plural Indústria Gráfica – São Paulo - SP
**DISTRIBUIÇÃO:** S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
**ASSINANTES:** Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANER

ines249

# CARTAS CAPITAIS

## *RICOS E POBRES*

O governo está tentando combater a histórica e cruel desigualdade social. Já parlamentares, elites e seus porta-vozes lutam para manter – e até ampliar – seus privilégios. Aos pobres, à classe média e aos trabalhadores em geral cabe escolher o lado mais justo.
***Elói Medeiros***

## *A FACA E O QUEIJO*

Em 30 anos como trabalhadora com carteira assinada, paguei muito imposto como professora. Agora, aposentada, quero isenção do Imposto de Renda – e que os ricos de verdade passem a pagar a conta.
***Patrícia Garcia***

Este é um momento didático para expor o que é a luta de classes e os interesses antagônicos e conflitantes em jogo. O capital não tem outra alternativa a não ser precarizar a vida para continuar acumulando e maximizando o lucro.
***Jefferson Silva***

## *IOF: DECISÃO INCONSTITUCIONAL*

De fato, o Congresso exorbitou em suas funções ao sustar os decretos de Lula de forma flagrantemente inconstitucional. O mais grave é que os parlamentares decidiram contra os mais pobres e a favor do grande capital. E a grande mídia ainda correu em seu socorro, quando houve repercussão negativa nas redes sociais. O STF precisa agir em defesa da Constituição – e não lavar as mãos, à espera de um acordo entre as partes. Que acordo pode haver entre um poder que cumpre a lei e outro que interfere em suas atribuições? Será que o Judiciário pretende que esse imbróglio seja resolvido nas ruas ou nas urnas, nas próximas eleições?
***Paulo Sérgio Cordeiro Santos***

## *MANIFESTAÇÃO FLOPADA*

O frio e o jogo do Flamengo superaram a incapacidade progressiva de Bolsonaro de continuar inflamando os corações do gado. Micheque não é boba: quer levar apenas o sobrenome – e seus votos – sem o homem. Nicolas, como tantos outros, já trata de se divorciar da imagem de Bolsonaro: escolheu estar em outro casamento. Esses são os verdadeiros culpados pelo ato esvaziado na Avenida Paulista.
***Williams Costa Cantanhede***

## *CADA UM POR SI?*

Nos anos 1990, os liberais venderam a ideia de que era hora de se livrar da CLT. Mas a realidade dos últimos dez anos mostrou o contrário: muita gente hoje sonha com estabilidade, carteira assinada e concurso público. As oscilações do mercado nas últimas três décadas têm sido brutalmente agressivas. A CLT não é perfeita, mas ainda é a nossa principal defesa contra os neoliberais escravagistas do século XXI.
***André Daemon***

Falta falar da burocratização dos sindicatos. Muitas diretorias não representam mais os trabalhadores, pois estão há décadas no poder, sem renovação. Tomam decisões de forma arbitrária – a recente greve dos professores do DF foi um exemplo claro disso. Sem diálogo real com a base, acabam desmobilizando os próprios trabalhadores.
***Karol Matos***

CENTRAL DE ATENDIMENTO

*Fale Conosco:* http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

*Edições anteriores:* avulsas@cartacapital.com.br

**CARTAS PARA ESTA SEÇÃO**

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

ines249



# A Igreja Cristã Maranata e o Evangelho Eterno

*"E há de ser que, depois, derramarei o meu Espírito sobre toda a carne, e vossos filhos e vossas filhas profetizarão, os vossos velhos terão sonhos, os vossos jovens terão visões. E também sobre os servos e sobre as servas, naqueles dias, derramarei o meu Espírito." Joel 2:28-29*

A Igreja Cristã Maranata emergiu do seio da comunidade evangélica mundial como resultado de um acontecimento profético, previsto no Velho Testamento pelo profeta Joel, cuja primeira fase se consolidou no Pentecostes e a última fase neste momento final da jornada da Igreja Fiel, preparando-a para a sua partida para a eternidade. O fundador e o fundamento se identificam na Pessoa do Senhor Jesus Cristo.

Nasceu, em 1968, no município de Vila Velha, Espírito Santo, com o objetivo de adorar a Deus e pregar o Evangelho, tendo a Bíblia como única regra de fé e prática. "Maranata" é um grito de alerta espiritual, uma convocação do Espírito Santo para um tempo especial da história da igreja, que é o arrebatamento.

*Sede da Igreja Cristã Maranata - Vila Velha/ES*

## A missão e os valores

Desde a sua fundação, a Igreja Cristã Maranata sempre buscou cumprir sua missão bíblica de anunciar o Evangelho a toda a criatura, mas também atenta ao cumprimento do seu papel social, realizando para os seus membros e para a sociedade, em geral, ações de assistência social e espiritual. São diversas ações sociais de amparo e socorro realizadas nas tragédias naturais ocorridas no Rio Grande do Sul, calamidades no estado do Espírito Santo, Bahia e em diversos outros locais no Brasil.

Um dos projetos especiais de cunho evangelístico e de ação social é a missão Amazônia, que está em sua 12ª edição, e onde, desde abril de 2016, a Igreja Cristã Maranata, tem anunciado a Palavra de Deus às populações das regiões ribeirinhas da ilha de Marajó, alida a uma assistência social realizada por meio de médicos, dentistas, cabelereiros, auxiliares de enfermagem, professoras e pastores, por meio de um trabalho voluntariado notável.

*Missão Amazônia*

## O ensino doutrinário

Os Maanains compreendem áreas para reuniões, presentes em todo o país, para a transmissão da doutrina bíblica. O primeiro Maanaim, fundado na década de 70, está localizado em um sítio, no município de Domingos Martins, Espírito Santo, situado a 40 km de Vitória, em meio a mata atlântica.

*Seminário no Maanaim de Domingos Martins*

## Ensino confessional

A Igreja Cristã Maranata também desenvolve um projeto educacional, por meio da Escola Edward Dodd, com ensino fundamental e médio, fundamentado nos valores bíblicos, aliado à uma moderna metodologia e prática pedagógica.

*Escola confessional Edward Dodd*

## Sustentabilidade

A consciência e responsabilidade ambiental da Igreja Cristã Maranata é comprovada por diversas ações.

A Igreja possui, em vários estados do Brasil, usinas de geração fotovoltaicas (energia solar) que já abastecem quase 90% dos templos, por meio de energia limpa e renovável. Ações como reaproveitamento de água nos Maanains e a preservação

ines249



do meio ambiente já constituem práticas utilizadas pelos membros da igreja.

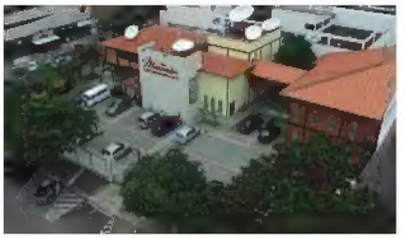
*Usina fotovoltaica no Sítio Esperança - Serra/ES*

## Acessibilidade

Surdos, cegos, surdo-cegos e deficientes visuais já são assistidos em todos os eventos e transmissões feitas pelo sistema de comunicação multiplataforma da Igreja Cristã Maranata. Este público tem recebido um cuidado especial da Instituição há mais de 20 anos. A cada evento, seja nos Maanains (locais destinados a grandes reuniões), seja nas próprias igrejas, uma assistência especial é realizada pelos próprios membros da igreja com a interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o cuidado com os portadores de TDAH, Síndrome de Down e autismo. Algumas publicações doutrinárias são disponibilizadas em Braile, por meio de tecnologia 3D.

## O Sistema de Comunicações

Por meio de um sistema de comunicação multiplaforma, moderno e tecnológico, a Igreja Cristã Maranata provê o anúncio do Evangelho utilizando comunicação por satélite para as igrejas no Brasil e exterior, o canal da TV Maanaim na modalidade de TV aberta para diversas localidades no país e TV por assinatura, além do canal oficial do YouTube e demais mídias sociais.



*Rádio e TV Maanaim - Vila Velha/ES*

Por meio desta infraestrutura de comunicação, milhões de pessoas têm sido alcançadas, especialmente nos eventos mundiais, como o Trombetas e Festas e a Ceia Mundial

*Pr. Gedelti, presidente da igreja - Evento Trombetas e Festas*

## Presença Mundial

A Igreja Cristã Maranata está presente em todos os continentes. O ensino é integrado por meio do sistema de comunicações multiplataforma via satélite e mídias sociais.

**Maranata! Ora Vem Senhor Jesus!**

ines249

# *Manuela Carta*

PUBLISHER

**Jamil Chade estreia sua coluna. Trump volta a rugir. E Dona Maria ainda luta por dignidade**

## EUA USAM BOLSONARO PARA ATINGIR OS BRICS

É risível imaginar que os Bolsonaro, Jair e seu filho Dudu, motivam Donald Trump a taxar os produtos brasileiros em 50%, com impactos em vários setores economia. O ***TARIFAÇO*** foi anunciado em carta aberta endereçada a Lula e deve entrar em vigor em 1º de agosto. O presidente norte-americano retomou nesta semana suas ameaças tarifárias. Estabeleceu novas taxas para 21 países e prometeu retaliar todos aqueles que se associarem aos BRICS – uma clara demonstração de que o bloco ganhou força e representa uma ameaça à hegemonia do dólar.

A tarifa imposta contra o Brasil é a mais alta. "Uma brutalidade diplomática", opina o ex-embaixador Roberto Abdenur no site de *CartaCapital*. Em sua carta, Trump voltou a chamar de "caça às bruxas" o processo no STF contra o ex-presidente, a quem ele chama de "grande Bolsonaro", pela tentativa de golpe de Estado em 2022. O atrabiliário magnata também justifica a sobretaxa como resposta à "censura" do Brasil às plataformas digitais norte-americanas. Pura fumaça. A Casa Branca mira nos BRICS, esse é o verdadeiro alvo, como mostram Sergio Lirio e Maurício Thuswohl na reportagem de capa desta edição.

Passados 137 anos da abolição formal da escravatura, o Brasil ainda mantém de pé a estrutura da casa-grande e conserva muitos trabalhadores domésticos submetidos a condições análogas à ***ESCRAVIDÃO***, revela uma pesquisa realizada pela Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Enquanto o Ministério Público do Trabalho intensifica as operações de resgate, o Estado brasileiro tem falhado na tentativa de reinserir esses indivíduos na sociedade, como nos conta a repórter Fabíola Mendonça. É o caso de dona Maria Raimunda Anastácia Gomes, que ainda sofre com as sequelas de mais de quatro décadas de servidão em uma residência de Belo Horizonte.

Casos como os de dona Maria juntam-se aos de outros 121 trabalhadores domésticos resgatados nos últimos sete anos, em sua maioria mulheres pobres, negras e com baixíssima escolaridade. "Diferentemente de outros trabalhadores resgatados, que normalmente têm para onde voltar, as domésticas – que passam, em média, 26 anos nessa condição e são liberadas já em idade avançada – muitas vezes não têm para onde ir", explica a pesquisadora Livia Miraglia, uma das coordenadoras da Clínica.

Temos ainda uma estreia ilustre em *CartaCapital* desta semana: o jornalista e "viajante errante" ***JAMIL CHADE*** passa a escrever uma coluna semanal na revista e a ancorar o *podcast De Cabeça Pra Baixo*. No texto desta edição, ele escreve sobre seu recente encontro, em Nova York, com Jason Stanley, professor de Yale que optou por deixar a instituição onde pesquisava o avanço da extrema-direita para mudar-se para o Canadá. Autor do livro *Como Funciona o Fascismo*, Stanley considera que o risco de um colapso da democracia é real e admite que sua debandada é, de fato, uma declaração política – motivada, sobretudo, pelo comportamento da Universidade de Columbia, que cedeu aos caprichos do presidente norte-americano.

*Boa leitura!*

REDES SOCIAIS E DANIEL TOROK/CASA BRANCA OFICIAL

## Seleção Brasileira/ **Sentença leve**

Ancelotti é condenado por fraude fiscal na Espanha, mas se livra da prisão

O técnico da Seleção Brasileira, Carlo Ancelotti, foi condenado a um ano de prisão na Espanha por fraude fiscal, informou a Justiça espanhola na quarta-feira 9. A pena, por ser inferior a dois anos, não exige cumprimento em regime fechado. A *CartaCapital*, a CBF informou que acompanha o caso, embora o processo seja conduzido pela equipe jurídica pessoal de Ancelotti.

Segundo a sentença, o italiano tinha "conhecimento claro do dever tributário derivado de sua residência fiscal na Espanha em 2014" e demonstrou "intenção consciente de evitar o pagamento de impostos". Ele foi, no entanto, absolvido das acusações referentes ao ano de 2015.

A promotoria havia pedido quatro anos e nove meses de prisão, alegando que Ancelotti sonegou mais de 1 milhão de euros (cerca de 6,3 milhões de reais) em direitos de imagem, durante sua primeira passagem pelo Real Madrid (2013–2015). No julgamento, em abril, Ancelotti disse que nunca teve intenção de lesar o Erário: "Só me preocupava em receber o salário líquido de 6 milhões por três anos, e nunca percebi que algo estava errado, nem recebi notificação alguma de que o Ministério Público estava me investigando".

"Nunca percebi que algo estava errado", esquivou-se no julgamento

### Corredor bioceânico

O governo Lula oficializou, na segunda-feira 7, uma parceria com a China para viabilizar um dos maiores projetos logísticos da América do Sul: uma ferrovia de 4,5 mil quilômetros, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico. O acordo foi assinado entre a Infra S.A., estatal brasileira vinculada ao Ministério dos Transportes, e o Instituto de Planejamento da China State Railway Group. A malha ferroviária partirá do Porto de Chancay, no Peru, e seguirá por Cusco e Pucallpa até o Acre. No Brasil, cruzará de Rio Branco (AC) a Porto Velho (RO), chegando a Lucas do Rio Verde (MT), onde se integrará ao Corredor Leste-Oeste (Fico-Fiol), que termina no porto de Ilhéus (BA). Esse trecho ainda está em obras ou em fase de estudos, com leilão previsto para 2026.

## Ceará/ **EMENDAS PARA ABASTECER CAMPANHAS**

PF APONTA JÚNIOR MANO COMO LÍDER DE ESQUEMA DE DESVIOS NO ESTADO

A Polícia Federal deflagrou, na terça-feira 8, uma operação para investigar desvios de emendas parlamentares e fraudes em licitações no Ceará. Apontado como líder do esquema, o deputado federal Júnior Mano, do PSB, foi alvo de mandados de busca no gabinete e em sua residência em Brasília. Os investigadores também realizaram diligências nas cidades de Fortaleza, Nova Russas, Eusébio, Canindé e Baixio. As ordens foram autorizadas pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Sob sigilo, a investigação apura suspeitas de organização criminosa, captação ilícita de sufrágio, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica com fins eleitorais. Segundo a PF, o grupo teria desviado verbas públicas e manipulado licitações para beneficiar empresas ligadas ao esquema. A suspeita é de que os contratos tenham sido usados para financiamento ilegal de campanhas nas eleições de 2024. Nova Russas, administrada por Giordanna Mano (PRD), esposa do deputado, foi a que mais recebeu recursos de emendas indicadas por Júnior Mano: 4,4 milhões de reais desde 2021. Em nota, o parlamentar negou ter "qualquer participação em processos licitatórios, ordenação de despesas ou fiscalização de contratos administrativos".

O deputado nega participação nos processos licitatórios sob suspeita

RAFAEL RIBEIRO/CBF E BILLY BOSS/AGÊNCIA CÂMARA

ines249

# A Semana

## A busca prossegue

A organização Avós da Praça de Maio anunciou, na segunda-feira 7, o encontro do 140º neto sequestrado pela ditadura argentina (1976-1983). Trata-se de um homem nascido em 17 de abril de 1977 no centro clandestino La Escuelita, na cidade de Bahía Blanca, a 630 quilômetros da capital. Ele é filho dos militantes Graciela Alicia Romero e Raúl Eugenio Metz, desaparecidos desde o período autoritário. A criança nasceu no cativeiro, na província de Neuquén. Em nota, a entidade celebrou mais um capítulo da luta de 47 anos por memória e justiça: "Nossos netos estão entre nós. O apoio da sociedade mostra que essa busca não pode ser solitária".

## São Paulo/ Mais um "erro de avaliação"

PM mata por engano trabalhador negro que corria para pegar o ônibus

Na mochila do "suspeito", a marmita e uma Bíblia

"Dia concluído", escreveu Guilherme Ferreira, de 26 anos, ao postar a foto do relógio de ponto da fábrica onde trabalhava, na capital paulista, na noite da sexta-feira 4. O marceneiro saiu às 22h28. Menos de dez minutos depois, estava morto, executado com um tiro na cabeça por um policial militar à paisana. Seu "crime"? Ser negro e correr em direção ao ponto de ônibus. O agente havia acabado de reagir a uma tentativa de assalto e considerou o gesto suspeito. Colega da vítima, Deillan Oliveira, de 21 anos, correu para socorrê-lo e acabou detido como suspeito de participação no roubo. Foi algemado e imobilizado no asfalto por horas.

No Distrito Policial, demorou para o delegado se convencer de que Ferreira era a "vítima", não um "envolvido" na ocorrência. Só após vistoriar a mochila do trabalhador – com uma marmita e uma Bíblia – e verificar o registro de ponto, decidiu autuar o cabo Fábio Anderson Pereira de Almeida, autor do disparo, por homicídio culposo, às 14h52 do dia seguinte. O PM pagou fiança de 6,5 mil reais e foi liberado.

De forma protocolar, a Secretaria de Segurança Pública disse que "não compactua com excessos". Já o coronel Emerson Massera, porta-voz da PM, lamentou o "erro de avaliação" do colega de farda. Sob a gestão de Tarcísio de Freitas, São Paulo registrou alta de 61% nas mortes por intervenção policial no ano passado, segundo o Mapa da Segurança Pública, divulgado em junho pelo Ministério da Justiça.

Fernando Silva sofreu hemorragia intracraniana e edema cerebral

## Manaus/ ATAQUE HOMOFÓBICO

ADOLESCENTE MORRE APÓS SER ESPANCADO POR GRUPO DE JOVENS

A Polícia Civil do Amazonas apreendeu, na quarta-feira 9, um adolescente de 16 anos envolvido nas agressões que levaram à morte de Fernando Vilaça da Silva, de 17 anos. Um segundo suspeito, de 17 anos, segue foragido. O crime ocorreu no sábado 5, no bairro Gilberto Mestrinho, Zona Leste de Manaus, após Fernando reagir a ofensas homofóbicas.

De acordo com familiares, ele havia saído de casa para comprar pão e foi atacado por um grupo de adolescentes que participava de uma confraternização. Câmeras registraram a fuga dos agressores. Fernando sofreu traumatismo craniano, hemorragia intracraniana e edema cerebral. Morreu na segunda-feira 7, após três dias internado em estado grave.

O delegado-geral-adjunto da Polícia Civil do Amazonas, Guilherme Torres, disse que a vítima já sofria injúrias homofóbicas e que o adolescente foragido, responsável pelo golpe fatal, havia sido expulso da escola por má conduta. O Ministério dos Direitos Humanos condenou o crime, que pode ser enquadrado como homicídio qualificado e LGBTQIA+fobia, reconhecida como forma de racismo pelo Supremo Tribunal Federal em 2019.

REDES SOCIAIS

ines249

**JAMIL CHADE**
Jornalista, correspondente internacional, escritor e integrante do conselho do Instituto Vladimir Herzog

# "Pelos meus filhos"

▶ Uma conversa com Jason Stanley, professor de Yale estudioso do fascismo que decidiu mudar-se para o Canadá

Num restaurante italiano nas proximidades do Central Park, em Nova York, Jason Stanley me aguardava. Em suas mãos, um livro sobre a história de um dos integrantes de sua família, judeus sobreviventes do nazismo na Alemanha, que escaparam da morte e de um regime totalitário

Oito décadas depois, Stanley tomou recentemente uma decisão com enormes repercussões: ele optou por deixar a Universidade de Yale, onde estudava o fascismo, para mudar-se dos EUA. Não era a primeira vez que ele havia feito essa consideração. Em 2017, chegou a pensar na hipótese, no primeiro mandato de Donald Trump.

Um ano depois, Stanley publicou *Como Funciona o Fascismo* (Editora L&PM). Desta vez, o acadêmico considera, porém, que o risco de um colapso da democracia é real e, a partir deste mês, vai morar no Canadá. O professor transformou-se numa espécie de ator vivo de seu próprio objeto de estudo. A ameaça fascista não estava num país distante. Mas onde ele mesmo vivia.

"Em primeiro lugar, tomei essa decisão por meus filhos", explicou. "Brasileiros sabem que, se você pode tirar seus filhos de uma ditadura militar, você o fará. Como filho de sobreviventes do Holocausto, parecia evidente tomar essa decisão, mesmo que tenhamos só uma fração do autoritarismo que o Brasil sofreu durante o regime militar"

"Todos pensam que estão seguros até que não estejam", alertou. "Pessoas muito menos seguras do que eu, acham que estão seguras."

Sempre que fala do governo Trump, ele refere-se como "o regime". "Não é mais uma democracia", justifica. "Regime é uma noção neutra que reconhece a possibilidade de que poderemos ter algo como uma ditadura."

O acadêmico insiste que o caráter autoritário não é estranho à construção do país. "Os EUA têm uma longa história de fascismo. Oito estados do Sul têm, em suas prisões, 1% de suas populações. Essa era a taxa dos *gulags* sob Stalin, nos anos 50", constatou.

**Stanley admite que** sua saída foi uma forma de fazer uma declaração política. Em entrevistas para outros meios, ele explicou que um dos gatilhos para a sua decisão foi o comportamento da Universidade Columbia, que, na esperança de manter recursos federais, cedeu às exigências de Trump. Entre as condições estavam o estabelecimento de um controle maior sobre o que se ensinava nas salas de aula sobre Oriente Médio e restrições à liberdade de expressão. "Columbia foi um alerta", disse.

Outro sinal preocupante para ele foi a nova diretiva do Departamento de Educação, reformulando as bases do ensino nos EUA. A avaliação de Stanley é de que ela ameaça os direitos civis, principalmente ao impor censura no ensino do racismo sistêmico. A norma, diz o acadêmico, "coloca o país no caminho do autoritarismo educacional".

E foi justamente no campo da educação que Stanley entendeu que a ameaça poderia ser construída contra a democracia. Neste mês, seu livro *Apagando a História: Como os Fascistas Reescrevem o Passado para Controlar o Futuro* será publicado no Brasil (Editora L&PM).

"O Brasil é muito familiarizado com o autoritarismo e entende o que é a educação autoritária", disse. "Não preciso explicar aos brasileiros o motivo pelo qual ataques contra a educação são parte do avanço autoritário. Brasileiros sabem disso. São os americanos brancos que não sabem", constatou.

Stanley, que considera Paulo Freire o "maior teórico da educação desde Aristóteles", aponta como a educação se transformou no campo de batalha da extrema-direita.

"No coração da teoria política da democracia está a educação. É nas escolas que se ensina o que é ser um cidadão democrático", disse. "A educação tem o papel de mostrar a um cidadão que cada um de nós tem o poder de mudar um país. Se você é um regime autoritário, você precisa passar a sensação às pessoas de que não existe esse poder. Que a história é a obra de grandes homens", indicou.

Stanley ironiza o sentimento de choque na opinião pública que a ameaça autoritária nos EUA tem causado no Ocidente. "Os europeus frequentemente me perguntam: você acha que a democracia americana está ameaçada? Dos latino-americanos, o que querem saber é quanto tempo vai durar a ditadura", constatou.

Ele rejeita a tese de que as instituições são sólidas nos EUA e que teriam a capacidade de evitar uma onda autoritária. "Você não acredita nessa solidez, não é? Nós golpeamos as democracias latino-americanas sempre que elas estavam prestes a vingar. Como brasileiros e chilenos sabem, os EUA nunca vão ter um limite na busca por interesses corporativos", lembrou. "Os EUA estão suscetíveis a uma ditadura por terem apoiado ditaduras. Essa é a velha tese do fascismo. O que você apoia no exterior vai, em algum momento, retornar para você", completou. ■

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249



# A chantagem de Trump

## BOLSONARO É O BODE NA SALA. A CASA BRANCA MIRA OS BRICS

O julgamento de Jair Bolsonaro e dos golpistas pelo Supremo Tribunal Federal serviu de desculpa para o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, retaliar o Brasil por conta dos anúncios de maior integração financeira entre os parceiros dos BRICS durante a reunião no Rio de Janeiro (*saiba mais à página 16*). Na quarta-feira 9, após uma série de insinuações nas redes sociais e de declarações públicas, a Casa Branca anunciou a imposição de tarifas de 50% sobre qualquer produto brasileiro exportado para os EUA. Trump enviou uma carta ao presidente Lula, na qual desfia mentiras, recorre à chantagem explícita e tenta interferir de modo descarado, mesmo para os padrões históricos dele próprio e de Washington, na soberania do País e na autonomia da Justiça brasileira.

"A maneira como o Brasil tem tratado o ex-presidente Bolsonaro...", anota no primeiro parágrafo da missiva. ".. é uma vergonha internacional. Este julgamento não deveria estar acontecendo. É uma caça às bruxas que deve terminar IMEDIATAMENTE!" Na sequência, Trump reclama da "perseguição" a redes sociais norte-americanas pelo Supremo Tribunal Federal – o que chama de perseguição é a simples necessidade de cumprir as leis nacionais, impostas a qualquer empresa instalada no País –, e cita um inexistente déficit dos EUA nas transações comerciais, apesar de, nos últimos 15 anos, a balança ter sido amplamente favorável ao Grande Irmão do Norte. Caso o governo Lula decida impor tarifas recíprocas, assevera, o mesmo porcentual será acrescentado aos 50% anunciados. A taxação começa a valer em 1º de agosto.

**O REPUBLICANO AGE POR INTERESSES PESSOAIS E BASEIA-SE EM MENTIRAS PARA RETALIAR O BRASIL**

A escala retórica de Washington começou por meio de uma jogada casada com a Justiça da Flórida. Na segunda-feira 7, um juiz do estado norte-americano voltou a intimar o ministro Alexandre de Moraes a se defender em um processo movido pelo Rumble, uma plataforma digital de extrema-direita, e pela Trump Media. O magistrado é acusado de violar a Primeira Emenda da Constituição dos EUA, que trata da liberdade de expressão, ao ordenar a remoção de contas de influenciadores brasileiros usadas para disseminar notícias falsas e incitar um golpe de Estado no Brasil. O processo na Flórida cita nominalmente o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, foragido da Justiça nacional e malocado nos Estados Unidos, como uma das supostas vítimas das "tentativas de censura". Moraes terá 21 dias para responder à intimação, sob pena de ser julgado à revelia. Em junho, o tribunal havia feito uma primeira citação ao ministro. Como se trata de uma autoridade brasileira, a Advocacia-Geral da União atuará na defesa do magistrado, que em fevereiro suspendeu o

O presidente dos Estados Unidos "exige" uma inconcebível interferência no Poder Judiciário. Defender Bolsonaro é oportunismo. "Não queremos imperador", rebate Lula. Em jogada casada, um tribunal da Flórida intimou o ministro Alexandre de Moraes em ação movida por plataformas digitais

R[illegible]ARDO ST[illegible]CKERT/PR, TON MOLINA/STF, MA[illegible]RO PIMENTEL, AFP, [illegible]

ines249

Rumble, após a empresa ignorar decisões do STF e recusar-se a nomear um representante legal. Uma manobra mal-intencionada, cujo único objetivo é desobedecer às determinações do tribunal.

A intimação da Justiça da Flórida serviu de gancho para Trump fazer, pela primeira vez, a defesa pública de Bolsonaro. "Ele não é culpado de nada, exceto por ter lutado pelo povo", escreveu na Truth Social antes de anunciar o tarifaço. Não se trata de mera coincidência que a defesa do golpista brasileiro, antes evitada pela Casa Branca, apesar dos esforços do "exilado" deputado Eduardo Bolsonaro, tenha se tornado tão enfática. Até o domingo 6, o Brasil não estava no radar da retomada da guerra tarifária, completados os 90 dias de trégua estabelecida pelo governo dos EUA. Antes de a Casa Branca suspender os impostos extras, o País havia sido taxado em 10%, o menor porcentual entre as dezenas de economias visadas. Passou, no entanto, a figurar no topo da tabela. Em segundo lugar, com

**Os exportadores estão preocupados com o impacto sobre o faturamento e o emprego. A indústria é o setor mais afetado**

30%, estão pequenas economias como Argélia, Brunei e Iraque. E o que mudou desde domingo? O desfecho da reunião dos BRICS no Rio de Janeiro, na qual foram anunciados avanços na discussão de uma arquitetura financeira que possibilite, no futuro, a redução da dependência do dólar nas transações comerciais e financiamentos. Antes de mirar apenas no Brasil, o presidente dos EUA havia ameaçado impor sanções a quem desafiasse a hegemonia da moeda norte-americana.

Bolsonaro e seus seguidores se assanharam, mas não será surpresa se o tiro sair pela culatra. Diante da imediata reação do setor produtivo, profundamente afetado pelas medidas, e dos meios de comunicação, a ofensiva tende a fortalecer a posição do presidente Lula e a defesa da soberania e evidenciar o entreguismo e o vira-latismo dos bolsonaristas. Convém à oposição relembrar os casos do Canadá e do México. O Partido Liberal do ex-primeiro-ministro canadense Justin Trudeau caminhava para uma derrota histórica nas eleições legislativas até o ocupante da Casa Branca iniciar uma campanha de insultos dirigida ao *premier* e ao país. Resultado: os liberais viraram o jogo e deram um banho nas urnas nos conservadores, alinhados ao presidente dos Estados Unidos. Já a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, consolidou uma extraordinária popularidade, perto de 85%, na esteira do assédio promovido pelo republicano. Trump, está demonstrado, tornou-se um eficiente cabo eleitoral de quem insulta e tenta constranger

Lula convocou uma reunião de emergência com os ministros ainda na quarta-feira 9. No mesmo dia, o Palácio do Planalto divulgou a resposta a Trump. "O Brasil é um país soberano, com instituições independentes, que não aceitará ser tutelado por ninguém", começa o texto. "O processo judicial contra aqueles que planejaram o golpe de Estado é de competência apenas da Justiça brasileira e, portanto, não está sujeito a nenhum tipo de ingerência ou ameaça que fira a independência das instituições nacionais."

Adiante, o petista rebate as acusa-

ines249

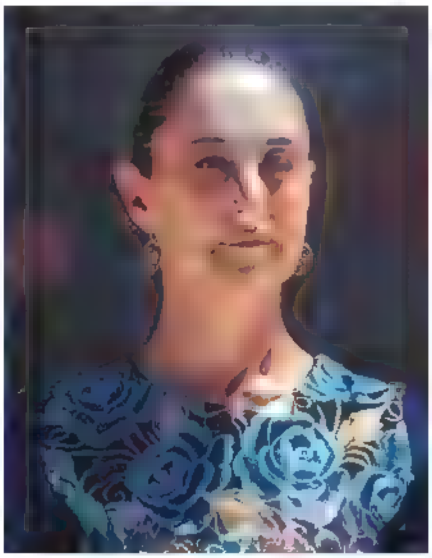
ções de censura às redes: "No contexto das plataformas digitais, a sociedade brasileira rejeita conteúdos de ódio, racismo, pornografia infantil, golpes, fraudes, discursos contra os direitos humanos e a liberdade democrática. No Brasil, liberdade de expressão não se confunde com agressão ou práticas violentas. Para operar em nosso país, todas as empresas nacionais e estrangeiras estão submetidas à legislação brasileira".

Na mensagem, Lula lembra que os EUA obtiveram um superávit com o Brasil de 410 bilhões de dólares ao longo de 15 anos e informa que vai aplicar a lei de reciprocidade econômica. "A soberania, o respeito e a defesa intransigente dos interesses do povo brasileiro são os valores que orientam a nossa relação com o mundo." Na coletiva de imprensa no fim do encontro dos BRICS, o mandatário brasileiro já havia reagido às intimidações. "Não acho uma coisa muito responsável e séria um presidente da República de um país do tamanho dos EUA ficar ameaçando o mundo através da internet. Não é correto. Ele precisa saber que o mundo mudou. Não queremos imperador." O Itamaraty, que havia convocado Gabriel Escobar, encarregado de negócios da Embaixada dos EUA (o país ainda não indicou um embaixador para o posto), para dar explicações por conta de uma nota de apoio à teoria de perseguição a Bolsonaro, foi além. Aproveitou a "visita" de Escobar para devolver a carta enviada por Trump, em um dos gestos mais firmes e simbólicos da diplomacia.

**A SOBERANIA ORIENTA A RELAÇÃO DO BRASIL COM O MUNDO, AFIRMOU LULA**

Representantes do setor industrial e do agronegócio reagiram ao tarifaço. Consideram as medidas injustas e sem embasamento e temem os efeitos sobre o faturamento e os empregos. Em nota, a Frente Parlamentar da Agropecuária defendeu uma resposta firme e estratégica. "É momento de cautela, diplomacia afiada e presença ativa na mesa de negociações." Segundo Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria, "não existe qualquer fato econômico que justifique uma medida desse tamanho, elevando as tarifas sobre o Brasil do piso ao teto. Os impactos podem ser graves para a nossa indústria, que é muito interligada ao sistema produtivo americano. Uma quebra nessa relação traria muitos prejuízos à nossa economia. Por isso, para o setor produtivo, o mais importante agora é intensificar as negociações e o diálogo para reverter essa decisão". O governo Lula nunca se recusou a negociar desde os primeiros sinais da "guerra tarifária" iniciada pela Casa Branca. O Palácio do Planalto e o Itamaraty enxergam, porém, pouca margem para a diplomacia neste momento, por causa do caráter político das medidas anunciadas por Trump. Como é impossível ceder à chantagem e interferir em processos no Judiciário e como se trata de falácia o suposto déficit comercial dos Estados Unidos, faltam temas a serem colocados na mesa.

Na quarta-feira 9, Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia, externou o incômodo de uma certa elite norte-americana com o avanço da autocracia no país. Em um texto intitulado *Política de Proteção a Ditadores de Trump*, Krugman classificou o tarifaço imposto ao Brasil de "maligno e megalomaníaco" e defendeu o *impeachment* do presidente dos EUA. "Por que digo que é megalomaníaco? O Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes. Veja para onde vão suas exportações: as exportações para os EUA representam menos de 2% do PIB brasileiro. Trump realmente imagina que pode usar tarifas para intimidar uma nação enorme – que nem sequer depende muito do mercado americano – a abandonar a democracia?", escreveu. "Repare que Trump mal finge ter uma justificativa econômica para essa ação. Tudo isso tem a ver com punir o Brasil por colocar Jair Bolsonaro em julgamento. Não seria a primeira vez que os Estados Unidos usam a política tarifária para fins políticos." •



GERARDO LUNA/GOVERNO DO MÉXICO, GOVERNO DO CANADÁ E RODRIGO FÉLIX LEAL/GOV.PR

Trudeau e Sheinbaum ganharam apoio popular após o assédio promovido por Trump

# Passou recibo

## A RETALIAÇÃO TARIFÁRIA DE TRUMP MOSTRA QUE O BLOCO GANHOU FORÇA E REPRESENTA UMA AMEAÇA CONCRETA À HEGEMONIA DO DÓLAR

*por* MAURÍCIO THUSWOHL

Em meio ao avanço da extrema-direita e aos ataques do governo de Donald Trump ao multilateralismo, o mundo atual é bem diferente do que era há 19 anos, quando foi criado o BRIC, inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia e China. Naquela ocasião, sobretudo após a adesão da África do Sul em 2011, que deu ao grupo o seu nome atual, a iniciativa foi apontada por economistas e políticos das mais diversas tendências e partes do globo como uma saudável tentativa de construção de parcerias multilaterais para o desenvolvimento dos países emergentes. Uma construção que não passasse pelos crivos e exigências das chamadas instituições de Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

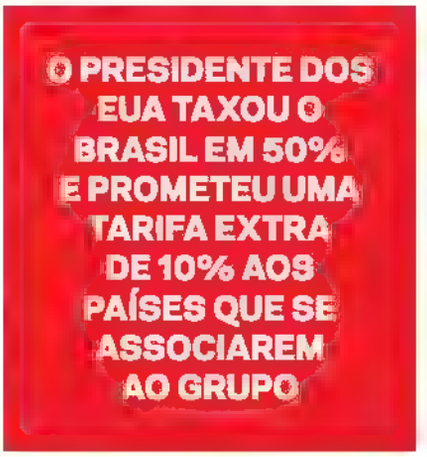
O que era apenas uma ideia ganhou musculatura: o BRICS cresceu e hoje conta com 11 integrantes. Em 2014, o grupo criou o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, *na sigla em inglês*), que desde en-

tão financiou 122 projetos nos países associados, parte deles em moeda local, em um investimento equivalente a 40 bilhões de dólares. Todo esse crescimento foi celebrado durante os encontros do NDB e do BRICS realizados no Rio de Janeiro entre 4 e 7 de julho. Mas, em um mundo cada vez mais polarizado, o BRICS, suas metas e projetos agora são encarados como uma ameaça pela parte mais rica e poderosa do *establishment* global.

Quem passou recibo foi o próprio Trump. No mesmo dia em que foi divulgada a declaração final do encontro de chefes de Estado do BRICS que, logo nas primeiras linhas, manifesta contrariedade com "a proliferação de ações restritivas por meio do aumento indiscriminado e unilateral de tarifas comerciais", o presidente dos EUA anunciou que pretende impor uma taxa extra de 10% aos países que "integram ou venham a integrar o bloco", ou que "se alinhem de alguma forma às políticas antiamericanas do BRICS". Segundo ele, o objetivo do "inimigo" é substituir o dólar como moeda de ancoragem global e com isso enfraquecer os EUA. O Brasil foi o primeiro a sofrer retaliação, com a imposição, na quarta-feira 9, de uma taxa de 50% a todos os produtos importados do país.

**Quem tentar substituir a moeda de ancoragem global pagará "um preço muito alto", alertou o republicano**

Trump comparou a defesa do dólar a uma guerra mundial. "Tudo bem se quiserem jogar esse jogo, eu também sei jogar. Se tentarem, pagarão um preço muito alto", anunciou. A ameaça acabou dando mais ânimo às horas finais do encontro do BRICS, sendo publicamente rechaçada por Lula e outros chefes de Estado, como Narendra Modi (Índia) e Cyril Ramaphosa (África do Sul), e também por notas divulgadas pelos governos da China e da Rússia – Xi Jinping e Vladimir Putin não estiveram no Rio. O presidente brasileiro frisou que o bloco é formado por países soberanos. "Não aceitamos intromissão de quem quer que seja em nossas decisões e defendemos o multilateralismo."




"A mera existência do BRICS já traz uma nova situação de multilateralismo. O grupo amplia a capacidade de articulação política do mundo", avalia o diplomata aposentado Milton Rondó. Já para Laerte Apolinário Júnior, professor de Relações Internacionais da PUC de São Paulo, o BRICS tem relevância geopolítica e simbólica, mas "está longe de representar" um novo multilateralismo. "O que se observa é uma tentativa de recuperar debates que foram capturados por espaços restritos e tecnocráticos, como a OCDE ou o G7, em temas como comércio, tributação internacional e regulação de dados", diz. No entanto, acrescenta Apolinário, a falta de um modelo realmente inovador não impede que o grupo "possa contribuir para avançar os interesses dos países em desenvolvimento nessas diferentes temáticas".

Professor de Relações Internacionais da UFABC, Gilberto Maringoni avalia que o BRICS vem tendo papel crescente no contexto global, graças ao peso de seus componentes, mas ainda não é um bloco econômico ou político capaz de realizar ações conjuntas que alterem a ordem global. "Inexiste sede ou estatuto, e suas iniciativas se concretizam em reuniões de cúpula anuais em distintos continentes. Isso não impede a construção de estruturas institucionais como o NBD e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). O BRICS pode ser entendi-

R. LARDOSA / KÉRT PR

do como expressão do Sul Global, que se afirma também pelo contraste, e é possível reconhecer sua importância pela oposição que suscita em Washington."

Atualmente, além dos cinco primeiros fundadores, o BRICS tem como integrantes Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. O contraste entre os países não impede a unidade, o que representa força, mas também limita as margens de ação política do grupo. Essa fragilidade ficou evidente em diversos pontos da declaração final do encontro, como, por exemplo, ao tocar apenas de passagem na guerra da Ucrânia (por pressão da Rússia) ou ao falar do massacre em Gaza sem citar a proposta de dois Estados (porque o Irã não reconhece Israel). O documento também buscou o equilibrismo em questões como o aumento do Conselho de Segurança da ONU, reivindicado por Brasil, Índia e África do Sul, mas com resistências de outros integrantes. Ou no trecho em que fala de direitos de gênero, mesmo sendo assinado por países como Arábia Saudita, Emirados Árabes e Irã, onde a opressão às mulheres é flagrante

No campo econômico, também existem nuances e objetivos distintos "Rússia e China buscam focar em temas que questionam a atual hegemonia global dos EUA, enquanto Brasil, Índia e África do Sul oscilam entre ampliar suas iniciativas internacionais e não criar arestas com os EUA", observa Maringoni. Os textos finais emanados dos últimos dois encontros do BRICS – em Kazan e no Rio – mostram claramente essa diferença, acrescenta o professor da UFABC. "No primeiro, há ênfase na demanda pelo uso de moedas locais em transações internacionais e a construção de mecanismos de compensação financeira alternativos ao sistema dólar. Agora, a carga maior fixou-se nas questões climáticas e de transição energética."

**"Os países do Sul Global têm o direito e a capacidade de definir seus próprios caminhos", afirmou Dilma Rousseff, no comando do NDB**

O uso progressivo de moedas locais em projetos nas áreas de infraestrutura, mudanças climáticas e transformação digital e a criação de novos modelos de financiamento ao desenvolvimento sustentável foram as principais discussões travadas no 10º encontro do NDB. O caráter de contraponto à ordem econômica vigente foi ressaltado pela presidente do banco, a brasileira Dilma Rousseff: "O NDB foi construído sobre a premissa de que os países do Sul Global têm o direito e a capacidade de definir seus próprios caminhos de desenvolvimento e que a infraestrutura, a modernização industrial e tecnológica e a sustentabilidade deveriam ser financiadas não por meio da imposição de modelos uniformes, mas impulsionando a justiça social, com soberania e crescimento sustentável."

Apolinário afirma que o NDB cumpre importante papel ao propor alternativas de financiamento para o Sul Global, mas pondera que sua atuação ainda é limitada e financeiramente modesta "Para cumprir o papel transformador que se espera, precisaria romper com a lógica financeira dominante. Para isso, é necessário ampliar o uso de moedas locais, assumir mais riscos e priorizar projetos com impacto social e ambiental", ensina.

**O "BANCO DO BRICS" PODE OUSAR MAIS NO USO DE MOEDAS LOCAIS, AVALIA APOLINÁRIO JR.**

Rondó afirma enxergar o NDB como semelhante ao BNDES no financiamento de projetos de infraestrutura. Segundo ele, "o FMI e o Banco Mundial estão contaminados pelo neocolonialismo liderado pelos EUA e seguido pela Europa. Essas instituições sobrevivem mais como a pálida ideia de um passado. Não é presente e claramente não é futuro".

O economista Paulo Nogueira Batista Júnor, ex-vice-presidente do NDB, diz que o banco é a principal criação prática do BRICS. "Agora, é importante fazer o que se falou, criar novos mecanismos de financiamento para o Sul Global e implementar melhor os mecanismos já criados", afirma. "O NDB ainda não atingiu a condição de banco global e precisa melhorar vários aspectos, inclusive a transparência em relação aos seus projetos. Quem não está lá não consegue saber exatamente como estão os projetos que o banco aprova na diretoria e implementa depois."

Sobre a heterogeneidade dos países que aderiram ao banco, com a recente inclusão de Argélia, Bangladesh, Egito e Emirados Árabes, além das entradas de Colômbia e Uzbequistão, aprovadas no Rio, o economista afirma que o NDB não impõe condicionalidades nem foi concebido para se imiscuir nos arranjos institucionais dos países. "É um banco que respeita mais as políticas das instituições dos países que venham a pedir empréstimos a ele." •

ALEXANDRE BRUM BRICS BRASIL

ines249

**PAULO ARTAXO**
Cientista e diretor do Centro de Estudos Amazônia Sustentável da Universidade de São Paulo (CEAS-USP)

# Sinergia climática

**▶A reunião de cúpula dos BRICS avança em temas sensíveis para a COP30 no Brasil**

O documento final da cúpula dos BRICS menciona 20 vezes a questão climática, destacando a posição do bloco sobre pontos críticos que serão tratados pela 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30. Intitulado *Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para Uma Governança Mais Inclusiva e Sustentável*, o texto ressalta já em sua primeira página a importância das finanças climáticas e reafirma o compromisso com o fortalecimento da governança global e do multilateralismo, elementos essenciais para o sucesso da COP30. O documento também deixa claro que todos os países devem cumprir suas obrigações no âmbito do Acordo de Paris. No entanto, um tema estratégico foi deixado de fora: o fim da exploração e do uso de combustíveis fósseis

Fazem parte dos BRICS 11 economias emergentes, entre elas China, Índia, Rússia e Brasil, responsáveis por mais de 60% das emissões globais de gases de efeito estufa. Cada um adota estratégias distintas para lidar com a crise climática. A China, maior emissora mundial, também lidera os investimentos em energia solar e eólica, avançando em sua transição energética. A Índia, embora seja um emissor relevante, apresenta emissões *per capita* muito inferiores às da Europa e dos EUA.

A Rússia, assim como Irã, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, mantém uma economia fortemente baseada no petróleo e não vem adotando estratégias significativas de redução de emissões. Já Brasil e Indonésia têm no desmatamento de florestas sua principal fonte de emissões, com promessas de redução significativa desse vetor. Trata-se de uma situação complexa dentro de um grupo que exerce um papel cada vez mais relevante, e que exigirá negociações intensas na COP30.

Apesar de omitir-se na questão do abandono dos combustíveis fósseis, a cúpula dos BRICS demonstrou que o grupo de economias emergentes pode desempenhar papel relevante nas negociações da COP30, em novembro, especialmente em temas como financiamento e preservação das florestas tropicais. Os líderes do bloco reafirmaram o multilateralismo como elemento essencial para enfrentar os desafios que a crise do clima impõe ao mundo.

**A Declaração-Marco** sobre Finanças Climáticas dos BRICS é um documento inédito que defende com ênfase a criação de mecanismos para que os países desenvolvidos financiem a transição energética e a adaptação climática nos países em desenvolvimento. A declaração também articula posições práticas sobre créditos e financiamentos concessionais, riscos cambiais, finanças de transição, taxonomias e cooperação Sul-Sul.

Certamente, esta será uma das principais disputas políticas da Conferência do Clima  Os BRICS defendem uma reforma do sistema financeiro internacional e apoiam a presidência da COP30 na meta de alcançar 1,3 trilhão de dólares para que os países em desenvolvimento possam enfrentar os desafios climáticos. Para garantir o acesso a financiamentos sustentáveis no Sul Global, os países do bloco enfatizam a importância de recursos concessionais "para facilitar transições justas, baseadas em prioridades de desenvolvimento nacionalmente determinadas, que combinem a ação climática com o desenvolvimento sustentável"

O documento destaca o papel da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, *na sigla em inglês*) como principal espaço de cooperação internacional nessa agenda, e reforça a necessidade de empenho na implementação "plena e efetiva" do Acordo de Paris. O texto também conclama os países a fortalecerem suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) para 2030.

Além disso, o texto discute o desequilíbrio no acesso a recursos para adaptação climática nos países em desenvolvimento. Ressalta-se que essa disparidade afeta de forma particularmente negativa os segmentos mais vulneráveis da população diante dos impactos das emergências climáticas. A adaptação, segundo o documento, deve ocorrer de forma a reduzir as desigualdades sociais, com foco na erradicação da pobreza.

Há ainda uma sessão intitulada "Meio Ambiente, COP30 e Saúde Global", que reforçou o compromisso do grupo com a equidade em saúde, especialmente no Sul Global. Nesse contexto, foram firmadas parcerias para eliminar as Doenças Socialmente Determinadas (DSDs).

Os BRICS também podem exercer um papel decisivo no fortalecimento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, *na sigla em inglês*). China e Emirados Árabes Unidos estão avaliando investir no fundo, que deverá contar ainda com aportes de capital privado, segundo o modelo em desenvolvimento pelo Ministério da Fazenda, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

São avanços importantes tanto para a COP30 quanto para a consolidação dos BRICS como atores relevantes na nova geopolítica global. ■

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

# Jogo duro

**TRIBUTOS** O governo derrota o Congresso nas ruas e nas redes no caso do IOF. Agora, tenta vencer a batalha no Supremo

POR ANDRÉ BARROCAL

Na quinta-feira 10, houve uma manifestação popular em São Paulo em defesa da taxação dos super-ricos. Tinha sido convocada pela Frente Povo Sem Medo, cujo rosto mais conhecido é o deputado Guilherme Boulos, do PSOL. Na manhã daquele dia, a Frente Parlamentar de Combate às Desigualdades, criada por iniciativa de Boulos em 2023, reunira-se no Congresso. Um documento apresentado ali pela Oxfam Brasil, entidade integrante de uma rede mundial de justiça fiscal, trazia uma arqueologia da injustiça tributária brasileira e destacava uma vergonha. Enquanto os 10% mais pobres gastam 32% da renda com impostos, o 0,1% mais rico desembolsa 10%. Claro, o peso da taxação do consumo é maior do que na renda e no patrimônio, ao contrário do que se vê no mundo rico. Eis uma das razões da pornográfica concentração de renda no País.

O presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, abraçaram a causa da justiça tributária, promessa eleitoral em 2022 que, convertida em bandeira de governo, levou o PT a virar o jogo contra a oposição nas redes sociais. O pivô da virada foi a queda de braço com o Congresso quanto à alta do Imposto sobre Operações Financeiras. A batalha do IOF segue inconclusa, porém, graças a uma liminar de 4 de julho do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. No dia 15, governo e Congresso sentarão frente a frente, por ordem do juiz, para tentar um acordo.

O espírito de Lula e da equipe econômica não é de conciliar com o Legislativo, e sim de convencer o STF de que o decreto do IOF, derrubado pelos parlamentares, tem de ser ressuscitado. "Não estou participando de nenhuma mesa de negociação", declarou o presidente na segunda-feira 7, no Rio de Janeiro. "O Congresso resolveu fazer uma coisa, na minha opinião, totalmente anticonstitucional."

**Moraes concorda.** A alegação dos legisladores para derrubar o decreto lulista era de que a norma é inconstitucional, embora os motivos reais a movê-los tenham sido a defesa de endinheirados, a bronca com a situação das emendas parlamentares – na mira da Polícia Federal e do próprio STF – e a antecipação da eleição de 2026. O togado destacou o óbvio, ao anular a decisão congressual. Cabe ao Supremo, e não a deputados e senadores, resolver controvérsias constitucionais. Após a liminar, oito partidos ingressaram na Corte com uma ação tal qual a sugerida pelo juiz. Entre eles, três estão no alto escalão governamental. Detalhe: o PL de Jair Bolsonaro havia recorrido ao STF em junho, embora tivesse proposto a derrubada parlamentar do decreto presidencial.

> Lula e a equipe econômica não estão dispostos a conciliar com o Legislativo

Moraes estava em Lisboa ao dar a liminar contra a derrubada. Participava do convescote anual de políticos, empresários e magistrados organizado por um colega de Corte, Gilmar Mendes. Quem compareceu ao evento diz que Moraes teve vários momentos com congressistas. Estava por lá a orquestra da derrota imposta ao decreto lulista, como o presidente da Câmara, Hugo Motta, o antecessor dele, Arthur Lira, e o senador Ciro Nogueira, chefe do PP. Não surpreende que Moraes tenha, na mesma decisão de 4 de julho, barrado a alta do IOF. Ao zerar o jogo, deu uma vitória ao Legislativo, ainda que momentânea. A alta do tributo, por ora, deixou de existir. "Havendo fundada dúvida sobre a finalidade da edição do decreto presidencial", escreveu o magistrado, "é importante analisar se houve ou não desvio de finalidade, com a intenção arrecadatória."

A disputa judicial opõe, de um lado, quem diz que o governo tem poder legal para calibrar o IOF só com propósitos regulatórios e, de outro, quem sustenta que o objetivo arrecadatório também admite a norma. Haddad quer convencer Moraes de que a subida da arrecadação será consequên-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 22
**Vexame.** O Estado falha na reintegração das domésticas resgatadas do trabalho escravo

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO
EVARISTO SÁ/AFP (MINISTÉRIO DA FAZENDA)

**Refeição indigesta.** O presidente tem prerrogativa para calibrar o imposto por decreto, mas stiu o ministro Haddad em jantar com Motta e Alco umbre

cia de uma nova regulação. O decreto presidencial tinha alterado o IOF em operações de previdência privada do tipo VGBL, na compra de dólares e em antecipação de receitas empresariais. Nas três situações haveria distorções de mercado atacadas com a nova regulação, segundo o governo.

Na noite da terça-feira 8, Haddad e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, reuniram-se com Hugo Motta e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Segundo relatos de quem soube do que se passou na residência oficial do deputado, o ministro da Fazenda insistiu que o decreto é adequado. Mais: lembrou que a controvérsia só existe porque, no fim de 2023, o Congresso impediu a retomada, a partir de 2024, da cobrança de contribuição patronal sobre a folha salarial. Depois de uma querela que também chegou ao STF, a cobrança voltou em 2025, de forma gradual. Nada do que Haddad falou foi música para os ouvidos de Motta e Alcolumbre.

"Existe essa prerrogativa (*do presidente de calibrar o IOF por decreto*) e nas conversas com o Congresso nós estamos dizendo isso", afirmou o ministro em 10 de julho, em entrevista coletiva *online* da qual *CartaCapital* participou.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias, acredita que o Congresso não aguentará o embate com o governo. Por dois motivos: a Casa tem alta impopularidade de modo geral e leva adiante uma pauta idem. Segundo pesquisa recente do instituto AtlasIntel, 90% dos brasileiros confiam pouco ou nada no Legislativo. Em relação ao governo, são 48%. O levantamento, registre-se, foi feito entre 27 e 30 de junho, antes de a ideia "Congresso inimigo do povo" inundar as redes sociais no embalo do caso IOF

**A pauta de deputados** e senadores tende a reforçar a má vontade das ruas e das redes. Ao derrubar o veto de Lula numa certa lei em junho, os parlamentares vão encarecer a conta de luz, e em um momento em que o governo tenta barateá-la com uma Medida Provisória de isenção total ou desconto parcial para 115 milhões de pessoas. Por iniciativa da cúpula da Câmara, em junho nasceu um projeto que permite a congressistas acumularem salário do mandato atual com aposentadoria por mandatos passados. Em 2018, uma entidade internacional, a União Interparlamentar, havia constatado que só nos EUA um legislador custava mais que no Brasil.

A despesa total com o Congresso ficará maior, se virar lei um projeto aprovado pelos parlamentares e à espera de decisão de Lula: a do aumento do número de deputados de 513 para 531. A proposta surgiu em 2023, por obra da deputada Dani Cunha, do União Brasil do Rio. Ela é filha do famigerado Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara e mentor de Motta.

Lula, diz um colaborador, cogita vetar o projeto ou não fazer nada. Nessa última hipótese, caberia ao Parlamento promulgar o texto, após vencido o prazo para a decisão presidencial. Em junho, a Casa promulgou uma lei sobre a qual Lula tinha decidido não decidir. Foi a que instituiu o Dia da Amizade (12 de abril) entre Brasil e Israel. Alcolumbre, que é judeu, promulgou-a, na condição de comandante do Congresso. Disse nos últimos dias que repetirá a dose no caso do aumento do número de deputados. ■

ines249



# A vida fora da casa-grande

**REPARAÇÃO** O MPT intensifica o combate ao trabalho escravo doméstico, mas o Estado falha na reinserção social dos resgatados

POR FABIOLA MENDONÇA

Em 16 de junho, Maria Raimunda Anastácio Gomes completou 63 anos. Teve festa, bolo, brigadeiro e alguns convidados. Foi a segunda vez que ela comemorou a data. Nos anos anteriores, não sabia o que era celebrar a vida, porque passou mais de quatro décadas em condições análogas à escravidão em uma residência de Belo Horizonte. Órfã desde os 17 anos, foi levada do interior para a capital por uma mulher, com a promessa de trabalho e uma vida digna. Era o começo de um calvário que perdurou até 2023, quando foi resgatada e indenizada pelos longos anos de servidão em condições degradantes, com jornada exaustiva e trabalho forçado. Como parte da indenização, a Justiça Federal de Minas Gerais concedeu à vítima a casa da patroa escravocrata, que morrera durante a tramitação do processo. Mas essa não foi a única herança que coube a dona Maria, já que a sequela psicológica pela vida indigna que levou ela carrega até hoje, apesar de enxergar felicidade na liberdade adquirida.

"Trabalhei muito e não recebia nada. Eu ficava presa, era dia e noite trabalhando. Fazia de tudo: cozinhava, lavava roupa, passava... Sem sair, sem nada", relembra dona Maria, radiante de felicidade por ter mudado de vida. Apesar do estado de êxtase, ela teve, e ainda tem, dificuldade de reinserção social, já que não tinha vínculo com nenhum familiar desde que foi abduzida por duas irmãs, suas antigas "empregadoras". Com dificuldade cognitiva, ela é acompanhada por uma psicóloga e assistida pela Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

"Essa reinserção social é sempre muito difícil, é o principal gargalo que enfrentamos em casos de trabalho escravo no âmbito doméstico. Diferentemente de outros trabalhadores resgatados, que normalmente têm para onde voltar, as domésticas – em sua maioria mulheres que passaram, em média, 26 anos nessa condição e são libertadas já em idade avançada – muitas vezes não têm para onde ir", explica a pesquisadora Lívia Miraglia, uma das coordenadoras da Clínica e professora de Direito da UFMG

Sônia Maria de Jesus voltou para a casa dos patrões escravocratas

**Dona Maria é** analfabeta, mal consegue assinar o próprio nome, e necessita de atenção especial. Por sorte, conta com a ajuda da amiga Shirlei, seu braço direito para resolver as coisas do dia a dia. "Shirlinha e as meninas da Clínica são minha família", diz. "A gente tentou, levamos para estudar, ficamos insistindo para aprender a ler e escrever, mas ela falou 'gente, eu sei que vocês estão querendo me ajudar, mas não quero mexer com isso'. Ela está feliz, vivendo a vidinha dela, isso é o que importa", acrescenta Miraglia.

"Foi muito difícil no início, mas agora estou começando a me acostumar, estou aprendendo a sair sozinha, tenho meu dinheirinho para comprar as coisas, que antes não tinha", resume dona Maria, que, depois que passou a ser a dona da casa, substituiu o trabalho degradante pelo hábito de dançar na sala ao som de Amado Batista, seu artista preferido. Ela conta com entusiasmo a experiência de ter conhecido o Rio de Janeiro e ter visto o mar pela primeira vez na vida. A viagem aconteceu em outubro do ano passado. "Foi a primeira vez que viajei de avião, mas nem tive medo. Era o meu sonho conhecer o Rio. Gostei muito, conheci o Cristo. Antes eu não passeava e não tinha dinheiro para nada." Após o resgate, dona Maria conseguiu o benefício previdenciário.

O exemplo de dona Maria não é um caso isolado. Pesquisa realizada pela Clínica da UFMG, publicada no livro *O Que Es-*

REDES SOCIAIS E REDES SOCIAIS VEREADORA CARLA AYRES

Dona Maria Raimunda teve destino melhor, mas ainda guarda sequelas das mais de quatro décadas de servidão em uma residência de Belo Horizonte

*condem as Casas Grandes do Brasil no Século XXI? Um Diagnóstico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Âmbito Doméstico* (Expert Editora), mostra que 35,87% dos 92 empregados domésticos (78,3% mulheres) resgatados em condições análogas à escravidão entre 2017 e 2023 começaram a trabalhar com menos de 18 anos de idade e mais de 40% das mulheres só foram resgatadas após os 60 anos. A obra, lançada recentemente, revela que a média de duração do trabalho escravo no âmbito doméstico é de 26,8 anos, tempo mais que suficiente para isolar as vítimas do convívio social e, portanto, comprometer ressocialização delas.

Um dos episódios mais emblemáticos a reforçar essa tese é o de Sônia Maria de Jesus, uma mulher negra, surda, hoje com 51 anos, escravizada por mais de 40 anos na casa do desembargador Jorge Luís Borba, em Santa Catarina. O episódio teve grande repercussão não só no Brasil, mas em todo o mundo, a ponto de a ONU cobrar explicações do governo brasileiro diante das condições aviltantes pelas quais Sônia foi resgatada e pelo fato de a Justiça ter autorizado a volta da vítima para a residência dos antigos patrões, o primeiro caso de "desresgate" registrado no País.

**Sônia foi levada** a um abrigo em junho de 2023, depois de uma ação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). Analfabeta, ela nunca teve acesso à Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que lhe tirou o direito até se de comunicar – no máximo fazia alguns gestos para se fazer entender por seus patrões. A família Borba nega o tratamento indigno e usou como argumento para o desresgate a dificuldade de adaptação de Sônia no abrigo e uma ação em que o desembargador pedia a adoção socioafetiva dela, uma espécie de filha bastarda, sem nunca ter tido acesso a nenhum direito ou privilégio concedido aos filhos biológicos do casal. Atendendo a um recurso

Valdirene Boaventura fugiu do cárcere privado, e um juiz avaliou que ela era "quase da família"

dos acusados, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a tardia ação socioafetiva e autorizou a volta de Sônia para a casa dos antigos "empregadores". A esposa do magistrado, Ana Cristina Gayotto de Borba, foi incluída na lista suja do trabalho escravo, ao lado de outros 154 escravocratas, atualizada e divulgada em abril deste ano pelo governo federal.

Sônia perdeu a audição em consequência de violência que sofria por parte do seu pai. A mãe, buscando proteger a filha, autorizou que uma psicóloga da creche onde frequentava a levasse para cuidar, na certeza de que iria continuar em contato com ela. Nunca mais viu, passou a vida em busca da filha e morreu sem reencontrá-la. Só com a repercussão do resgate a família biológica teve notícia do que acontecera com Sônia e luta na Justiça para recuperar a guarda dela. O caso está no STF e tramita em segredo de Justiça.

**Após 26 anos de servidão, em média, as vítimas recebem indenizações pífias**

As histórias de Maria e Sônia confundem-se com as de outros 90 trabalhadores domésticos resgatados entre 2017 e 2023. A maioria é de mulheres pobres, negras (69,55%), sofrem racismo (14,13%), com escolaridade muito baixa (40,21% são analfabetas) e que começam a trabalhar ainda na infância ou na adolescência, o que configura exploração de trabalho infantil. De acordo com a legislação brasileira, o trabalho doméstico só é permitido a partir dos 18 anos e com todos os direitos trabalhistas garantidos.

**Praticamente,** metade das vítimas resgatadas nesse período não tinha carteira profissional (48,91%) e 81,52% eram submetidas a mais de uma forma de exploração, das quais 83,69% viviam em condições degradantes, 81,52% tinham jornada exaustiva, 64,13% eram submetidas a trabalho forçado e 5,43% eram privadas de liberdade por servidão por dívida. Apesar de não ser o caso de Sônia, porque a família quer ficar com ela, 43,48% das domésticas resgatadas tinham perdido o contato com familiares.

Foi o que aconteceu também com Madalena Santiago, resgatada em condições degradantes depois de mais de 50 anos trabalhando em uma casa em Salvador. Sozinha e com uma crise de ansiedade que herdou da exploração, ela conta com a assistência do Sindicato das Domésticas da capital baiana. Além das 92 trabalhadoras domésticas resgatadas entre 2017 e 2023, o MTE registrou outros 22 resgates no ano passado, totalizando 114 nos últimos sete anos.

Um dos problemas que se somam à dificuldade de reinserção social dessas trabalhadoras estão as condições do local para onde as vítimas são levadas. Não existe uma política pública específica para acolhê-las. Normalmente, são levadas para abrigos que atendem outros perfis de público, como mulheres vítimas de violência ou dependentes químicos, por exemplo. "Você pega uma pessoa já fragi-

REG NA ASS S E GERALDO MAGELA AGÊNCIA SENADO

# NO QUARTINHO DOS FUNDOS

Retrato do trabalho escravo doméstico no Brasil

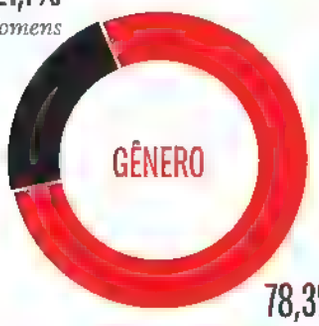
**92** trabalhadores domésticos foram resgatados entre 2017 e 2023

**48,91%** não tinham carteira de trabalho (CTPS)

**26,8** anos é a média de duração da submissão à condição análoga à escravidão

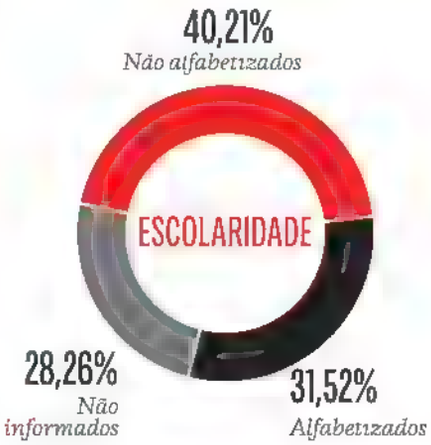
**14,13%** disseram ser vítimas de racismo

## GÊNERO




## RAÇA

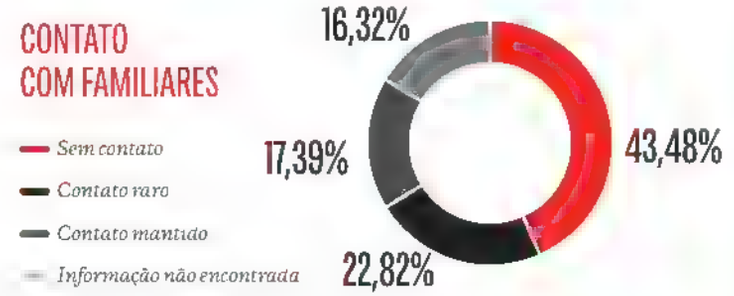
## ESCOLARIDADE




## IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR:

## IDADE AO SER RESGATADA

## CONTATO COM FAMILIARES




Fonte: Autoria própria, 2024

Fonte: Clínica do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG, com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal. As informações foram publicadas no livro *O que Escondem as Casas Grandes do Brasil no Século XXI? Um Diagnóstico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Âmbito Doméstico* (Expert Editora)

lizada, geralmente com algum problema cognitivo, e coloca num abrigo desses, a gente não está ajudando ela a ser reinserida na sociedade. Precisa de uma atenção especial, porque o caso é diferenciado", opina Miraglia.

"A reinserção das vítimas está prevista na etapa de pós-resgate do Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo, com ações conduzidas principalmente pela política de assistência social, em parceria com outros órgãos públicos", explica Paulo Funghi, coordenador-geral de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Depois de encaminhados para acolhimento institucional, os trabalhadores resgatados passam a ter acesso a benefícios sociais, serviços de saúde, educação e emprego, e emissão de documentos, diz.

**O gestor acrescenta** que a Defensoria Pública da União e o Ministério Público do Trabalho assumem a judicialização dos casos, quando não resolvidos na via administrativa, e que há um monitoramento da situação das vítimas, feito pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. A assistência social é apontada como importante recurso a ser oferecido às vítimas, já que muitas vezes as indenizações que recebem estão muito longe de reparar os anos de escravidão. "Há casos em que a indenização calculada chega a 800 mil, 1 milhão de reais, mas, na hora do acordo, a vítima sai com 20 mil, 60 mil reais, não pode nem comprar uma casa", critica Valdirene Boaventura, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia.

A própria Valdirene sentiu na pele o que é ser escravizada. Aos 12 anos de idade, foi para Salvador com a promessa de um emprego doméstico, com os direitos trabalhistas garantidos. Mas não foi bem isso o que aconteceu. Foi colocada em cárcere privado e a trabalho forçado em uma residência por mais de quatro anos. A liberdade só foi conquistada depois que conseguiu fugir e denunciar o caso. A Justiça baiana entendeu que Valdirene era tratada como uma integrante da família e negou-lhe qualquer tipo de indenização.

"Quem analisa o processo e dá a sentença também é empregador. Puxa para o lado do escravocrata, enquanto a vítima não tem seu direito reparado", acusa a sindicalista. Além de alegar dificuldade para pagar as indenizações, outra justificativa muito comum por parte dos empregadores e acatada pelo Judiciário é a de que as vítimas são tratadas como membros da família, como no caso de Sônia, em Santa Catarina, e dona Maria de Jesus, no Ceará, mais um caso emblemático quando se fala em trabalho escravo doméstico.

Os empregadores de dona Maria de Jesus assinaram um acordo comprometendo-se a pagar uma indenização e várias obrigações trabalhistas à empregada, mantida em situação análoga à escravidão por mais de 40 anos. O acordo foi mediado pelo Ministério Público do Trabalho e homologado pelo Judiciário. Só que, quando o caso chegou à instância criminal, o juiz expediu uma sentença negando a existência de trabalho escravo e, ao contrário, a relação entre as partes "foi construída sobre laços de carinho, respeito e consideração, e os vínculos entre essas pessoas transcenderam qualquer relação de trabalho, configurando-se como uma relação de afeto e pertencimento".

Na sentença, o magistrado ainda cita o fato de a vítima ter sido madrinha de casamento de um dos filhos da família. "Ser madrinha de casamento é um gesto carregado de significado na cultura brasileira, especialmente em contextos familiares. É inconcebível que pessoas que verdadeiramente reduzem outra a uma condição análoga à de escravo a convidem a dividir os momentos mais especiais de suas vidas e a coloquem em posição de tamanha importância", diz outro trecho do texto. Só faltou repetir aquele desgastado chavão, de que a empregada era "quase da família".

**Quatro em cada dez domésticas resgatadas no País entre 2017 e 2023 perderam contato com familiares**

GUSTAVO SCATENA PREFEITURA DE SÃO PAULO E REDES SOCIAIS

Thiago Castro, coordenador nacional do Grupo de Trabalho sobre Trabalho Doméstico do MPT, vê com preocupação a postura do Judiciário ao interpretar alguns dos casos como relação familiar. "Até as altas Cortes vêm acolhendo a tese de que essas vítimas seriam membros da família, e terminam chancelando esse tipo de exploração", lamenta o procurador.

Para o pesquisador Moisés Pereira da Silva, historiador e professor da Uni-

Os ex-patrões de Madalena Gordiano foram condenados a 12 anos de prisão, em decisão de primeira instância. É um ponto fora da curva. Raros escravocratas são punidos

versidade Federal do Norte do Tocantins, esse discurso de "quase da família" tem um peso ideológico que perpassa mais de três séculos de um Brasil escravocrata. "Existem aí um rompimento dos laços com a família biológica e um problema de afeto que é transferido para essa segunda família que supostamente acolhe essa trabalhadora, numa relação de subalternidade. As próprias vítimas naturalizaram a condição de inferioridade e, de certa forma, sentem-se parte dessa família, mesmo elas ficando com as sobras: sobra da casa, sobra da comida e, o mais terrível, essa sobra de afeto", avalia Silva. "Estamos diante de um modelo que é herança da escravização dos negros africanos. E esse negro que sai da escravidão vai continuar num limbo existencial e econômico. Esses dois momentos históricos, o da escravidão colonial e o da escravidão contemporânea estão completamente conectados."

Coordenador do programa de enfrentamento ao trabalho escravo do Tribunal Superior do Trabalho, o ministro Augusto César ressalta a dificuldade de se identificar a escravidão contemporânea no âmbito doméstico e salienta que o TST desenvolve uma campanha junto aos tribunais regionais, no sentido de garantir o direito das trabalhadoras resgatadas e punir os empregadores criminosos. "O Brasil tem uma dívida com esse segmento social muito forte e precisa de um compromisso de todos para reverter esse estado de coisas. Muitos normalizam essa situação, acham razoável ter em casa uma pessoa serviçal que supostamente seria parte da família", diz, citando 23 projetos que estão sendo desenvolvidos nos estados para a formação dos juízes sobre esse tema. "É para que eles compreendam a dimensão do problema, as formas de contornar, de punir os responsáveis, mas também de tentar reverter a situação de precariedade econômica dessas pessoas levadas à escravização."

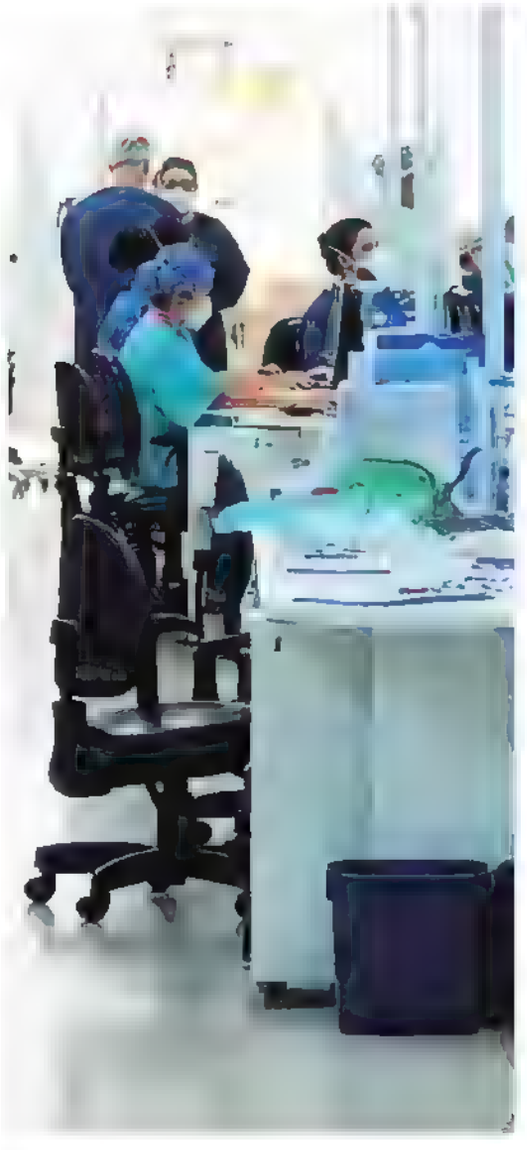
Desembargadora federal do trabalho em Minas Gerais e professora de Direito na UFMG, Adriana Goulart ressalta a necessidade de diálogo entre as várias instâncias do Judiciário, como forma de diminuir as aberrações nos julgamentos das ações que envolvem o trabalho escravo doméstico. "Penso que isso pode ser feito por meio de juizados especializados ou por cooperação interinstitucional. A capacitação é imprescindível para todos os que lidam com esse tipo de demanda, porque é preciso ver atrás das lentes embaçadas de um velho Direito Civil que acha que todos são iguais, louros e brancos", critica. "Há um descompasso entre a academia e a práxis, acredito que a aproximação das Justiças com a universidade pode gerar bons frutos."

**A despeito da falta** de diálogo entre as instâncias trabalhistas e criminal nos julgamentos e na ausência de punição criminal dos acusados, o caso de Madalena Gordiano é um ponto fora da curva. Ela foi resgatada em 2020 e ganhou na Justiça do Trabalho uma indenização pelos quase 40 anos de escravidão doméstica, atendendo a uma ação do MPT. Na vara criminal, os ex-patrões de Madalena foram condenados a 12 anos e oito meses de reclusão em regime fechado, mais um ano e 11 meses em regime semiaberto. As duas filhas do casal também foram condenadas nesse primeiro julgamento, ao qual cabe recurso. "Normalmente, o porcentual de condenações na área criminal em relação ao trabalho escravo é muito baixo. Mas, nesse caso de Madalena, temos penas bem significativas, embora a família ainda recorra da decisão. São muitos os desafios, mas também temos tido avanços", comemora Castro. ■

# Mal de saúde

**SÃO PAULO** Profissionais do setor denunciam calote do governo Tarcísio de Freitas e preparam uma greve

POR CARLOS M NUANO



O governo Tarcísio de Freitas é acusado de descumprir obrigações trabalhistas básicas com profissionais da saúde do estado contratados via CLT. Segundo levantamento da subseção do Dieese no SindSaúde, mais de 20 mil trabalhadores teriam sido prejudicados por falhas no recolhimento do FGTS e das contribuições ao INSS. Servidores denunciam a interrupção dos depósitos obrigatórios e afirmam que seus dados seguem fora do eSocial, sistema federal exigido por lei para o registro das informações. Relatos indicam que os problemas começaram em outubro de 2022, logo após o prazo de migração obrigatória para a plataforma.

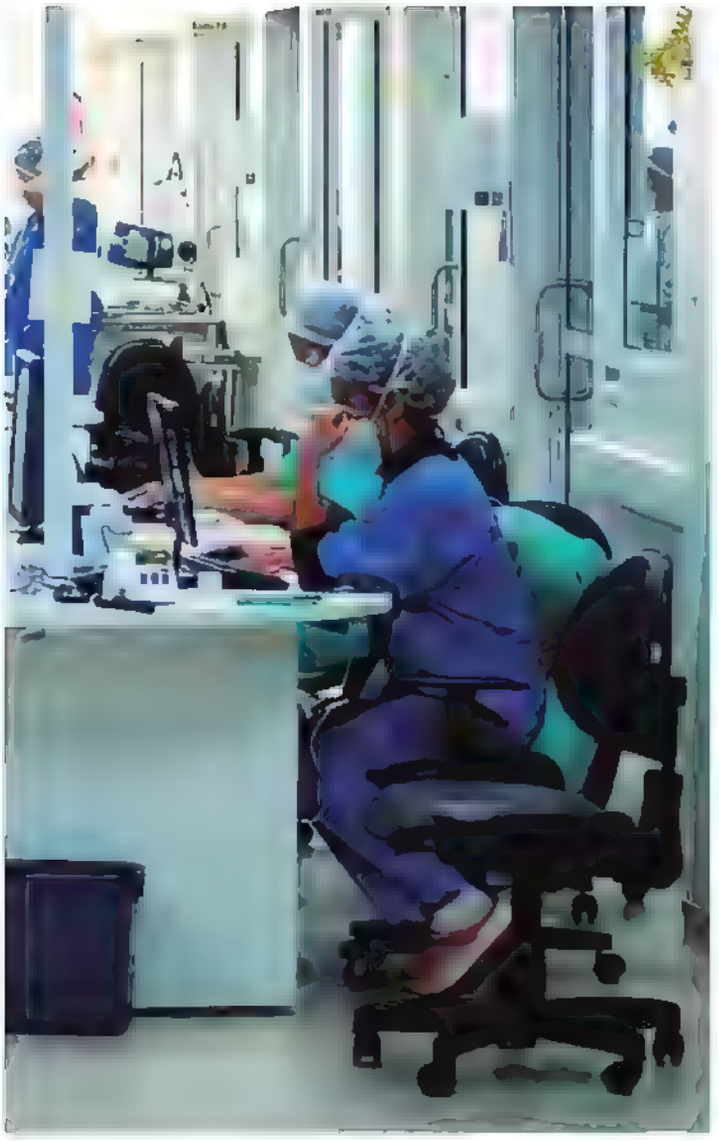
Diante da falta de solução, o sindicato da categoria anunciou uma paralisação de 48 horas a partir da quarta-feira 16. A decisão foi tomada após tentativas de diálogo que não avançaram. A situação, segundo o presidente do sindicato, Gervásio Foganholi, atinge os hospitais das clínicas de São Paulo, Botucatu, Ribeirão Preto e Marília, o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo e antigas autarquias (órgãos públicos com autonomia administrativa) como a Sucen, hoje incorporada à Coordenadoria de Controle de Doenças. "O governo estadual não aderiu ao eSocial até hoje. Eles tinham de ter feito isso e regulamentado em 2022", afirma Foganholi. Segundo ele, a situação se repete em todas as autarquias da saúde sob regime CLT, com impactos diretos no acesso a direitos básicos como FGTS, INSS e Pasep, que dependem de cadastro atualizado. "Quando cobramos, o governo jogou a culpa no governo federal. Depois disseram que era um problema de TI. Mas como o estado mais rico da federação não resolve isso há dois anos?"

**Para o dirigente,** a justificativa técnica mascara a falta de vontade política. Algumas autarquias, relata, tentam resolver a situação manualmente, mas os pagamentos saem com atraso e sem padrão. "Os aposentados que continuam trabalhando não estão recebendo o Fundo de Garantia, ou o recebem com atraso. Quem tem algum problema de saúde e recorre ao INSS enfrenta dificuldade. Consta como se não tivesse vínculo empregatício. E ficam sem cobertura e sem receber."

Em reunião em 3 de julho, a Secretaria da Saúde informou à comissão de negociação sindical que havia iniciado tratativas com a Secretaria da Fazenda para tentar resolver o impasse. Segundo a Coordenadoria de Recursos Humanos, foi criado um aplicativo para transferir os dados da folha de pagamento do Prêmio de Incentivo à Fazenda, responsável por alimentar o eSocial. A expectativa é de que, com essa medida, as pendências venham a ser regularizadas. Ainda não há qualquer previsão de quando os dados serão de fato atualizados.

**Servidores acusam a administração de não recolher FGTS e INSS**

A CRH alega que os recolhimentos



**Drible.** O governador primeiro colocou a culpa em Brasília. Depois atribuiu os constantes atrasos a falhas tecnológicas

têm sido feitos normalmente, mas que o sistema da administração estadual não permitia o envio automático das informações à União. O sindicato contesta a versão e afirma que os trabalhadores foram prejudicados. Entre os transtornos relatados estão negativas de auxílio-doença pelo INSS, erros no cálculo de aposentadorias, bloqueios no saque do FGTS e até a perda do abono salarial. A situação também afeta aposentados na ativa, cujos depósitos do FGTS deveriam cair diretamente em conta. Desde janeiro, segundo denúncias recebidas pelo sindicato, ou não há pagamento ou os valores têm sido depositados de forma incompleta.

É o caso de Moacir Gonçalves, há 20 anos funcionário da área de manutenção do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP. Aposentado, Gonçalves deveria receber mensalmente o repasse do FGTS, pois tem direito ao saque imediato. "Fui à Caixa porque não apareceram os depósitos de fevereiro e março. O gerente fez um levantamento e confirmou que não estava depositado", relata. O servidor foi o primeiro no instituto a perceber o problema, em fevereiro. Desde então, monitora a situação. "Até o mês de maio não estava. Junho ainda não fui ver. Estou perdendo juros e correção monetária. Mesmo que depositem depois, quem vai repor o valor? A Caixa ou o governo?"

**Uma das razões** para o impasse, segundo o sindicato, é que a solução apresentada pelo governo contempla apenas os profissionais contratados diretamente pela pasta. Não há confirmação de que o mesmo tipo de correção será aplicado nas autarquias e institutos, como os hospitais das clínicas e o Iamspe. Em alguns desses locais, a solução tem sido improvisada, informa a entidade. O Iamspe comunicou que tem feito lançamentos de forma manual. Trabalhadores relataram que os valores referentes a abril e maio só foram pagos no fim de junho. No Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, a direção regional do sindicato foi informada da intenção de resolver o problema, mas a regularização depende da Secretaria da Fazenda.

Diante da morosidade da gestão estadual, a direção sindical formalizou de-

**Mobilização.** Os trabalhadores vão cruzar os braços no dia 16. Não houve avanços nas negociações com o governo

núncia à Superintendência do Ministério do Trabalho, por meio da assessoria jurídica, mas ainda não obteve resposta. Paralelamente, ingressou com pedido de mediação pré-processual no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. As audiências terminaram sem acordo. O desembargador responsável pelo caso chegou a criticar a postura da administração pública, classificou o episódio como "calote" e sugeriu a judicialização do impasse, caso o governo siga sem apresentar uma solução efetiva.

**Desde janeiro** deste ano, uma enfermeira, que prefere não se identificar, com mais de 30 anos de atuação no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, afirma não receber os depósitos do FGTS devidos. Ela só descobriu o problema recentemente, ao acessar o extrato pelo aplicativo do fundo. "Vi que não havia depósito desde fevereiro de 2025". Segundo a enfermeira, em nenhum momento foi informada pela instituição sobre a falha. A resposta do setor de recursos humanos do hospital foi que os repasses só voltariam a ser feitos após a inclusão dos servidores concursados no eSocial, processo que, de acordo com a legislação, deveria estar em vigor desde setembro de 2022. A previsão atual, conforme informado aos funcionários pelo próprio RH, é de que a regularização ocorra apenas em outubro deste ano. "Eles disseram que só começaram a fazer isso há dois meses."

Outra trabalhadora afetada é Daiana Geralda, que há 18 anos atua na área de nutrição do Hospital das Clínicas de São Paulo. Ela conta que só descobriu recentemente a falta dos depósitos, ao tentar fazer um saque para pagar contas. "Descobri quando umas colegas comentaram que não estavam conseguindo se aposentar porque o FGTS não estava sendo depositado." Geralda tentou fazer uma simulação pela internet e, ao verificar o extrato, constatou a falha. "Fui abrir minhas contas e vi que realmente não estava recebendo. Minhas colegas estão tentando resolver com advogado, porque não conseguem se aposentar. Eu só queria sacar para pagar as contas, mas nem isso consegui."

> O sindicato promete ampliar a greve, se a paralisação de 48 horas não der resultado

Para Foganholi, os problemas relacionados ao eSocial, INSS e FGTS são apenas parte de um cenário mais amplo de descaso. O sindicalista cita ainda o atraso no pagamento do bônus por resultado, a ausência de reajustes salariais e a falta de valorização das carreiras. "São vários pontos. Até agora, nada foi resolvido. Se a greve de 48 horas não for suficiente para avançar nas negociações, podemos ampliar o prazo da paralisação."

Por meio da assessoria de imprensa, a Secretaria da Saúde informou que os recolhimentos de FGTS e INSS dos profissionais contratados via CLT têm sido feitos conforme a legislação vigente. Afirmou ainda que, em parceria com a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Gestão e Governo Digital e a Prodesp, está desenvolvendo uma ferramenta para integrar os dados ao sistema federal eSocial, o que permitirá mais agilidade e transparência no processo. ■

SINDSAÚDE SP

ines249

**ALDO FORNAZIERI**
Cientista político e autor de *Liderança e Poder*

# Os desafios do PT

▶ Se o partido permitir o retorno da direita em 2026, a Era Lula terá uma despedida bastante melancólica

A vitória de Edinho Silva por ampla maioria para a presidência do PT e a ampliação do domínio da chapa moderada não são suficientes para debelar a crise interna do partido. O resultado foi até surpreendente ante o descontentamento e a prostração dos filiados, tanto com a legenda quanto com o governo. As divergências explicitadas na disputa entre as chapas são agudas e vão desde a problemática aliança com o chamado Centrão até o papel da militância e a importância das lutas socias em relação ao grande predomínio que o partido deu à luta institucional no século XXI.

Desde 2013, o PT foi perdendo a capacidade de mobilização e de direção política. O distanciamento entre militância e comando partidário também foi aumentando. Sob a gestão de Gleisi Hoffmann, a legenda sofreu a maior desmobilização da sua história. Criou-se aquela situação clássica: os dirigentes agem como generais sem exército, e a militância foi reduzida à condição de exército sem generais.

Nesse período de 12 anos, o petismo sofreu suas maiores derrotas: a perda das ruas e da capacidade convocatória, o *impeachment* de Dilma Rousseff, a prisão de Lula, as reformas regressivas no governo Temer, a vitória de Bolsonaro em 2018, o amadorismo e improvisação na posse de Lula no início de 2023, resultando na tentativa de golpe, o fracasso nas eleições municipais de 2024 e um terceiro governo Lula marcado como uma fábrica de crises (ajuste fiscal, Pix, INSS, IOF).

As crises do PT e do governo Lula se entrelaçam. O partido nunca soube definir seu papel como algo diferente do governo. Não para criticá-lo ou deixar de apoiá-lo. O petismo nunca conseguiu entender o jogo de ambivalências de ambiguidades de que são constituídos a política e o poder. Se o governo precisa negociar e conceder aqui e ali, o partido precisaria permanecer numa posição de combate, nunca se permitir a defensiva política.

A incapacidade de discernir papéis, de ler as conjunturas, fez com que o PT caísse na esparrela do discurso da despolarização num país polarizado pela extrema-direita. O petismo e as esquerdas não foram capazes de derrotar politicamente o bolsonarismo. Assim, não se ajudaram a si mesmas e prejudicaram o governo.

**Lula, não há dúvida,** precisa fazer alianças para governar. Ocorre que, ao invés de dirigir as forças políticas, tornou-se dirigido por elas. Criou um ministério que é um mero arranjo somatório de partidos e de interesses, sem direção e comando. O próprio governo funciona de forma desorganizada, com iniciativas que mais promovem crises do que governabilidade.

É certo também que parte da crise do governo e do PT se conecta com a crise mais geral das esquerdas. Confusas programaticamente, as esquerdas não entenderam as mudanças do nosso tempo e suas consequências, estão despossuídas de narrativas persuasivas, perderam a iniciativa política e a capacidade de disputar as subjetividades. Perderam as redes e as ruas. São vistas como parte das crises das democracias ocidentais.

É certo que o governo Lula tem alguns bons programas que vão da economia ao meio ambiente. Mas estão escondidos, desarticulados, não representam um projeto para o Brasil. O que se tem é um governo sem marcas e um partido sem bandeiras. Ao contrário do governo chinês, que ergueu da crise ambiental a marca da "Civilização Ecológica", Lula 3 parece ostentar, aos olhos de muitos ativistas, um ecologismo de fachada.

A nova direção do PT e Edinho Silva têm enormes desafios conjugados. O mais imediato é contribuir e exigir que o governo saia da confusão e da prostração para que Lula recupere popularidade. É o contrapeso necessário que pode redefinir as relações com o Congresso.

O segundo desafio consiste em construir, desde já, uma estratégia para 2026, que contemple as eleições estaduais, as disputas para a Câmara e o Senado e a corrida presidencial. Enquanto o bolsonarismo está numa espécie de pré-campanha, Lula e os partidos de esquerda estão paralisados.

O terceiro desafio está implicado na necessidade de Lula organizar o governo, criando um comando político eficiente, deixando de ouvir apenas a cozinha do Planalto. Esse comando, juntamente com Lula, precisa dar uma direção e um sentido ao governo, fazendo com que ele se torne o centro gravitacional da política do País. A situação está tão confusa que Arthur Lira aparece como o "estadista" que articula uma saída para a crise do IOF e do problema fiscal.

A nova direção do PT, juntamente com o governo e os demais partidos de esquerda, tem o enorme desafio e a irrenunciável responsabilidade de impedir que a direita volte ao comando do País em 2026. Se fracassar nessa missão, será uma despedida melancólica da Era Lula. E os longos anos de governos petistas serão marcados mais pelo fracasso do que pelo êxito.■

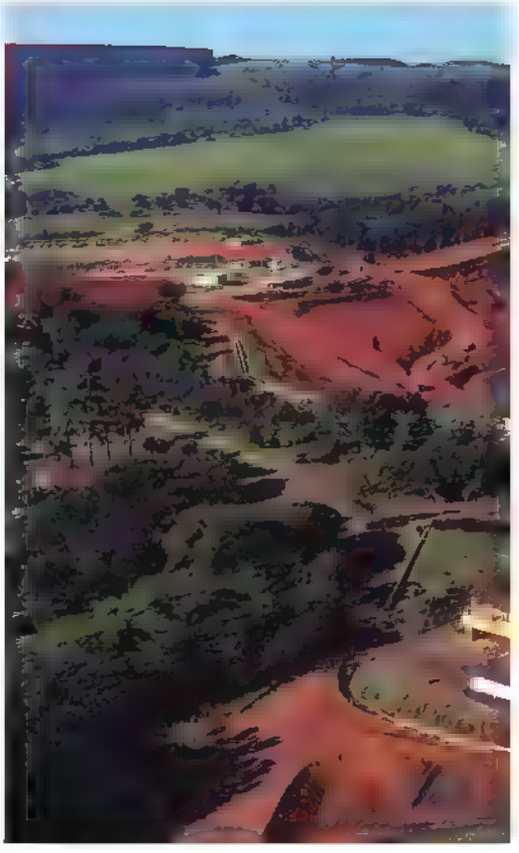
alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

# Nióbio protegido

**MINAS GERAIS** A Assembleia Legislativa aprova a federalização da Codemig, uma derrota para Romeu Zema

POR ALAN RODRIGUES



O nióbio, elemento químico 41 na tabela periódica, anda bastante popular. Nomeado em referência à mitológica Níobe, filha do rei Tântalo, trata-se de um metal raro, altamente estratégico e de valor renomado por causa da revolução tecnológica e da transição energética. É usado principalmente para fortalecer ligas metálicas na indústria automobilística, aviões, grandes obras de infraestrutura, turbinas eólicas e baterias de carros elétricos. O quilo custa atualmente cerca de 50 dólares, 400 vezes mais que o minério de ferro, e, mesmo em pequenas quantidades, confere propriedades superiores ao aço. O nióbio está agora no centro da proposta do governo de Minas Gerais de redução da dívida estadual, mais de 164 bilhões de reais, encaminhada ao Ministério da Fazenda.

A maior jazida em operação no planeta está localizada em Araxá, a 360 quilômetros de Belo Horizonte. As reservas estimadas de pirocloro, o principal minério do nióbio, chegam a 800 milhões de toneladas, suficientes para séculos de exploração, e ficam em uma área da Companhia de Desenvolvimento de Minas, estatal mineira sócia da CBMM, detentora de 80% do mercado global e controlada pela família Moreira Salles, uma das acionistas do Itaú Unibanco. O Brasil responde por 89% da produção mundial, segundo o *Anuário Mineral Brasileiro*, e possui perto de 95% das reservas conhecidas. Minas Gerais, Goiás, Rondônia e Amazônia concentram as jazidas. Em 2010, documentos secretos do Departamento de Estado norte-americano, revelados pelo WikiLeaks, classificaram o nióbio brasileiro como recurso estratégico essencial para os EUA.

**O controle da jazida** esquenta as negociações da dívida estadual. A Codemig é avaliada pelo governo Zema entre 30 bilhões e 50 bilhões de reais, a depender do cenário de federalização ou privatização. O estado incluiu a empresa entre os ativos que pretende oferecer à União no âmbito do novo Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), lançado no início deste ano, enquanto ensaia uma manobra para liberar outros bens à sanha privatista. Segundo o Tesouro Nacional, as 26 unidades da federação e o Distrito Federal acumulam 827 bilhões de reais em dívidas. Apenas cinco – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás – concentram mais de 90% do montante. A atual crise tem raízes antigas: ao longo do tempo, estados endividados foram sucessivamente socorridos pela União, que assumiu passivos acumulados por gestões irresponsáveis ou por choques econômicos. Para lidar com o problema, o presidente Lula chancelou o Propag, que pode eventualmente zerar os juros reais das dívidas estaduais, hoje em 4% ao ano, caso os entes federativos ofereçam ativos públicos em troca e realizem investimentos sociais. A proposta prevê que, no máximo, 20% do saldo devedor possa ser quitado com transferência de bens móveis ou imóveis, participações societárias e outros. Além disso, o pagamento da dívida poderá ser parcelado em até 30 anos.

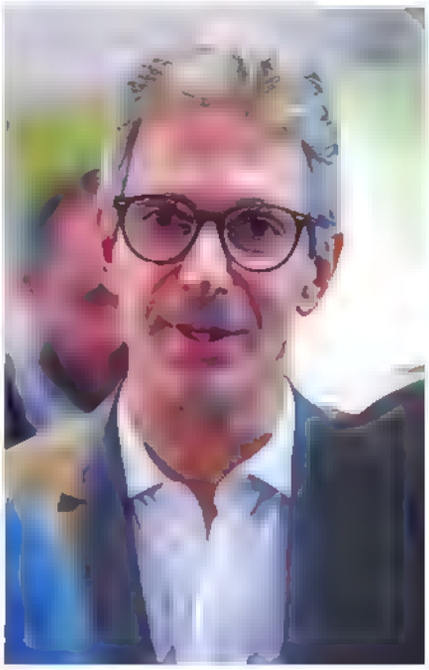
**A estatal mineira detém a maior reserva mundial do minério**

Um dos pilares do programa é atrelar até 60% dos juros a investimentos em educação técnica e ensino médio profissionalizante. O objetivo é reequilibrar as con-

ines249

tas estaduais sem comprometer os serviços públicos nem abrir espaço a privatizações. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, o Propag é mais justo e abrangente que o antigo Regime de Recuperação Fiscal, criado em 2017 pelo ex-presidente Michel Temer e mantido por Jair Bolsonaro, cujo resultado foi um desastre duplo, a queima de ativos e o aprofundamento da crise fiscal das unidades da federação. O Rio de Janeiro e Minas Gerais aderiram, entre outros, ao RRF. Em teoria, o regime oferecia moratória em troca de contrapartidas severas e draconianas, entre elas o congelamento de salários, a proibição de concursos, cortes de investimentos por décadas e desestatizações. Na prática, as dívidas dispararam por conta dos juros altos. No Rio, saltou de 81 bilhões, em 2017, para quase 160 bilhões de reais, em 2024. Em Minas, que aderiu em 2022, subiu de 120 bilhões para 164 bilhões de reais

**Cabo de guerra.** O governador pretendia privatizar a Codemig, detentora da mina em Araxá. Pacheco, pré-candidato ao comando do estado, é um defensor da federalização



LÉO LARA, BMM, ANDRESSA ANHOLETE, AGÊNCIA SENADO E WASHINGTON COSTA, MINISTÉRIO DA ECONOMIA

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, foi enfático: "Os estados apenas suspenderam os pagamentos, sem buscar equilíbrio fiscal. O resultado foi uma piora na situação de endividamento" O Propag busca corrigir esse erro ao exigir contrapartidas com foco social e sustentabilidade, sem punir os servidores ou desmontar o serviço público. Todos os estados podem aderir até 31 de dezembro. Contudo, apenas Goiás assinou o termo de adesão até o momento. Minas informa ter formalizado o pedido, mas aguarda análise do BNDES sobre a avaliação dos ativos. O banco federal mantém, no entanto, silêncio sobre os critérios e prazos. O estado é o único grande devedor ainda dono de patrimônios de grande valor. São eles: Codemig, Cemig (companhia energética) e Copasa (saneamento), além de centenas de imóveis. O governador Zema elaborou uma lista com 343 bens ofertados à União. Até o Palácio Tiradentes, sede da administração estadual, entra no saldão

Embora o Propag tenha outros objetivos, Zema tem tentado valer-se do programa para contrabandear sua agenda de privatização. Desde que assumiu o governo, o empresário e defensor do "Estado mínimo" tem promovido generosos incentivos fiscais ao setor privado. Nos últimos quatro anos, estima-se que Minas tenha deixado de arrecadar mais de 20 bilhões de reais em ICMS e IPVA, com renúncias previstas de 147 bilhões até 2028, valor próximo àquele da dívida com a União. Críticos acusam o governador de favorecer as elites empresariais em detrimento da população mais pobre. "Zema governa como um CEO, de costas para o povo e de joelhos para o mercado", afirma o deputado estadual Betão, do PT. Segundo o Datafolha, mais de 70% dos mineiros opõem-se à privatização de empresas públicas, como Cemig e Copasa.

**Zema sonha em avançar na privatização de estatais**

Enquanto Zema tenta emplacar sua agenda liberal, o senador Rodrigo Pacheco, autor da Lei do Propag e potencial candidato ao governo estadual em 2026, articula uma alternativa, a federalização de ativos estaduais. No início de julho, a Assembleia Legislativa aprovou, por unanimidade, o repasse à União da Codemig, vinculando-a ao abatimento de 20% da dívida mineira. A votação foi uma derrota para o vice-governador Mateus Simões, principal articulador da privatização e pré-candidato à sucessão de Zema, fortalece a oposição e reduz as chances de venda das estatais Cemig e Copasa, negócios suspensos ao menos até o próximo semestre. O governador mineiro, por sua vez, tenta derrubar os vetos de Lula ao projeto original do Propag, como aquele que impede o uso de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para pagar dívidas. "O Propag virou meio de mentirinha", afirmou recentemente

**A principal incerteza** recai agora sobre a aceitação dos ativos por parte da União. Sem clareza do BNDES sobre o processo de avaliação, cresce o temor de que o programa seja esvaziado. "O silêncio do BNDES é ensurdecedor", confidencia um deputado petista mineiro. A entrega da documentação dos ativos pelos estados termina em 31 de outubro, e uma eventual postergação depende de decisão política. "Se o BNDES aceitar a Codemig como 'entrada' dos 20%, nem é necessário debater a federalização de qualquer outro ativo", afirma João Oliveira, vice-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais.

Apesar da tensão, a aprovação da federalização da Codemig indica haver caminhos para evitar a venda de ativos públicos. Ao menos em Minas, onde o nióbio tornou-se símbolo de soberania estatal e de resistência à agenda de privatizações, o Propag é uma saída real para a crise fiscal, sem a necessidade de saquear o patrimônio público. •

**Nos cobres.** O Palácio Tiradentes está na lista do patrimônio negociável do estado

FOTO DR. MONDRIADE ADMINISTRAÇÃO MG

ines249

**CRISTINA SERRA**

Paraense, jornalista e escritora. Autora, entre outros, de *Tragédia em Mariana. a História do Maior Desastre Ambiental do Brasil* (Ed. Record)

# Lula e a luta de classes

▶ O topo da cadeia alimentar foi surpreendido pela intensidade da comunicação da esquerda e pela escolha acertada da abordagem ricos contra pobres

O governo Lula, finalmente, conseguiu pautar a discussão que interessa a quem quer melhorar o País: a luta de classes. Dois projetos se prestaram a esse debate crucial. A isenção total de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a redução do imposto para quem recebe entre 5 mil e 7 mil reais (ainda não votado), e o aumento do IOF para os super-ricos (rejeitado pelo Congresso). Corrigir distorções do sistema tributário brasileiro é uma das formas de fazer justiça social e de expor o abismo que divide o País entre os que sobrevivem com migalhas e os que se esbaldam na opulência.

Como era de se esperar, a reação do topo da cadeia alimentar veio a galope no Congresso e na mídia. Mas, desta vez, eles foram surpreendidos com a intensidade da comunicação da esquerda nas redes sociais e com a escolha acertada da abordagem: ricos *vs.* pobres. Sim, a boa e velha luta de classes, simples assim. Convenhamos que ter como referência da oposição ao governo um tipo como o presidente da Câmara, Hugo Motta, foi (e é) um presente para os criadores de *memes*, vídeos e mensagens que tomaram a ágora digital.

Motta, com sua afetação melíflua e penteado de quem passa horas em frente ao espelho, é um filhote do coronelismo. Versão mais jovem e repaginada de Odorico Paraguaçu, o personagem da novela *O Bem Amado*, de grande sucesso nos idos de 1970. Montado sobre a indecência que atende pelo nome de "emendas parlamentares", Motta deixou a hipertrofia de poder do Legislativo subir-lhe à cabeça em muito pouco tempo. Decidido a afrontar Lula, traiu o acordo com o governo sobre o prazo para votação do IOF. Ganhou no plenário, impondo uma derrota ao presidente, mas não levou. Não só porque a discussão foi parar no STF – e agora está em compasso de espera –, mas porque sua imagem derreteu nas redes sociais.

**Na cerimônia em** que tomou posse, Motta teve a desfaçatez de comparar-se a Ulysses Guimarães. Em apenas cinco meses, o *playboy* do sertão tornou-se o grande vilão da novela do IOF, o despachante dos bilionários intocáveis, o algoz da população de baixa renda. "Esperteza, quando é muita, come o dono", dizia Tancredo Neves, que sabia fazer e respeitar acordos. O prejuízo nas redes sociais, contudo, não desidrata os poderes de Motta nem os do Congresso mais hostil à democracia do Brasil contemporâneo.

É errado dizer que a composição da Câmara e do Senado espelha a sociedade brasileira. Muitos dos que ali estão foram eleitos porque souberam abocanhar o orçamento público, por meio das emendas e dos fundos partidários e eleitoral. E porque receberam vultosas doações, sabe-se lá de que origem, para suas campanhas. O resultado é uma representação distorcida da população. Um Congresso amigo dos ricos e de costas para o povo. E que não dará sossego a Lula até 2026.

No *front* externo, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mostrou suas conexões carnais com os golpistas brasileiros. Em tom de ameaça, disse acompanhar de perto o processo a que o inelegível responde no STF e que chamou de "caça às bruxas". Aumentou as zonas de fricção com Lula ao advertir que pode retaliar com tarifas adicionais os países dos BRICS que adotarem "políticas antiamericanas".

O líder dos extremistas nos EUA esperneia porque está incomodado com os países emergentes. Apesar de inúmeros problemas internos, o bloco tem sido capaz de pôr em xeque a ordem internacional vigente, que se tornou obsoleta e não representa as nações do Sul Global. O bloco reivindica a reforma do Conselho de Segurança da ONU, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. E tem incentivado o uso de moedas locais nas transações entre seus integrantes em substituição ao dólar. Trump não aceita a mudança nas engrenagens do poder mundial e responde com fúria aos que não temem desafiá-lo.

É claro que no combo da tempestade perfeita à espreita de Lula (ou de quem ele apoiar), em 2026, não faltará a velha mídia autoritária. Uma pequena mostra do que ela poderá fazer foi uma "reportagem" no *Jornal Nacional* de quase sete minutos, atacando a campanha nas redes sociais que expõe o conflito ricos *vs.* pobres no debate sobre o IOF. A "reportagem" me fez lembrar momentos tristemente célebres da emissora: a edição do debate entre Lula e Collor, em 1989, e a campanha da Lava Jato. Quando percebe seus interesses afetados, a Globo não hesita em mostrar o DNA de quem apoiou a ditadura. É como o escorpião da famosa fábula. A diferença, agora, é que ela não tem mais o monopólio da fala. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249



# O apelo de MarIA

**SEGURANÇA** Sou da Paz usa Inteligência Artificial em campanha para incentivar a entrega voluntária de armas de fogo

POR MARIANA SERAFIM

Faltava apenas um dia para Layla Sofia Santos Menezes completar 2 anos de idade, quando um motorista descontrolado atirou contra o carro da família, depois de ter sido ultrapassado pelo pai da criança. O crime aconteceu na cidade de Areia Branca, em Sergipe, dia 24 de junho. O autor do disparo, Alex de Oliveira Nunes, que não tem habilitação para dirigir nem para portar arma, alegou ter atirado para "dar um susto". O ato irresponsável vitimou a garota na hora. Dias antes, em Rio Verde de Mato Grosso, um menino de 2 anos pegou a arma do pai, que estava sobre uma mesa, e disparou sem querer contra a mãe, que foi atingida no braço e no tórax e morreu em minutos. Toda a cena foi registrada pelas câmeras de segurança da residência e demonstram que os pais não perceberam o momento que o pequeno começou a manipular a pistola, comprada pelo produtor rural com o objetivo de dar mais segurança à família.

Outro episódio chocante aconteceu em Santo Antônio da Alegria, interior de São Paulo, também em junho. Dois amigos CACs, ou seja, cadastrados como Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores, estavam num momento de descontração em casa, bebendo enquanto mexiam na coleção de armas. Sem perceber que uma pistola estava carregada, Gustavo Fornazzari Fernandes disparou acidentalmente contra Gabriel Amaral dos Santos, que morreu na hora. Em choque, Gustavo cometeu suicídio em seguida. Esses casos são apenas alguns exemplos de como uma sociedade com mais armas à disposição de civis torna-se um ambiente mais letal. O ex-presidente Jair Bolsonaro fez mais de 40 atos administrativos e decretos para flexibilizar o Estatuto do Desarmamento e liberar o acesso às armas. O resultado salta aos olhos: entre 2018 e 2022, o arsenal privado dos brasileiros passou de 1,5 milhão para 3 milhões de armas de fogo.

**Diante desse cenário,** o Instituto Sou da Paz acaba de lançar uma campanha pelo desarmamento voluntário, com foco na proteção de uma parcela específica da população. Em 2023, metade das mortes por agressão de mulheres foram cometidas com armas de fogo, e 72% delas eram negras, revelam dados obtidos pela entidade via Lei de Acesso à Informação. Não por acaso, os idealizadores do projeto decidiram criar uma emblemática personagem com uso de Inteligência Artificial.

O publicitário Marcelo Reis, responsável criativo da campanha, explica que MarIA é a "soma de todas as dores", e carrega o impacto emocional de quase 38 mil mortes anuais por arma de fogo no Brasil. A escolha de IA deu-se por diversos motivos, inclusive porque os autores acreditaram que seria muito difícil compilar tantos casos por meio de uma atriz interpretando o texto. Wal Tamagno, produtor-executivo da peça, destaca que o maior desafio foi "compilar a pesquisa quantitativa dos casos das Marias reais e transformar isso em uma personagem".

> A violência armada mata quase 38 mil brasileiros por ano

A entrega voluntária de armas é uma política pública permanente no Brasil desde 2003, coordenada pelo Ministério da Justiça. No entanto, a pasta não tem orçamento disponível neste ano para divulgá-la, então o Sou da Paz decidiu bancar a publicidade com contribuições da sociedade civil. O processo permite a entrega de armas legais e ilegais sem penalidade, com um ressarcimento que varia de 150 a 450 reais, dependendo do calibre do armamento. Munições também podem ser entregues, mas sem pagamento.

Para entregar uma arma, o cidadão deve preencher uma guia de trânsito *online*, que servirá para dar proteção jurídica durante o trajeto, mas ao chegar ao posto de entrega, geralmente unidades da Polícia Civil, Militar ou Federal, não precisa identificar-se ou comprovar a origem da arma.

A diretora de projetos do Instituto Sou da Paz, Natália Pollachi, destaca que, entre 2017 e 2023, o número de peças registradas no Sistema Nacional de Armas, o Sinarm, aumentou 227,3%. Segundo a especialista, as armas viraram uma espécie de "bem de consumo". "As pessoas não ponderam os riscos ou impactos futuros, compram porque podem, como se estivessem adquirindo um tênis ou um celular. É muito preocupante." Os maiores entusiastas da posse de armas são homens brancos, das classes média e alta. Eles detêm 96% dos registros, enquanto

ines249

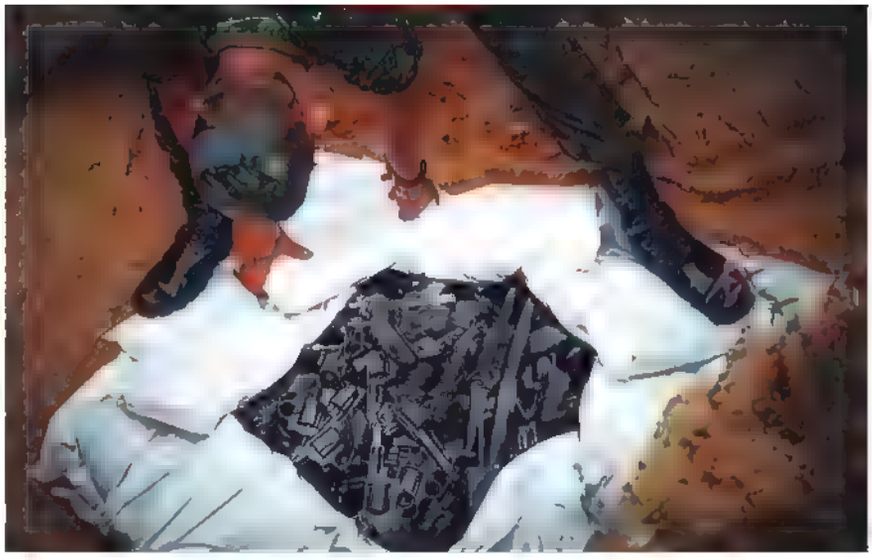
TROPICO/YRANCISE ALEGRIA®

**Arquétipo.** A personagem criada com a tecnologia é uma mulher negra, enlutada pela morte do filho, como tantas Marias da vida real

as mulheres são donas de 4% do arsenal privado. Somente 2% dos CACs são pretos ou pardos. Entre as vítimas fatais registradas em 2023, 78% eram negros.

De acordo com Pollachi, é uma falácia que as armas são eficientes para a defesa pessoal. Pelo contrário, os lares tornam-se mais perigosos, e oferecem mais riscos principalmente para mulheres e crianças. Segundo a especialista, as mortes de mulheres por arma de fogo dentro de casa aumentaram de 19%, em 2019, para 25%, em 2022. Um levantamento no Distrito Federal revelou que mais de 50% dos feminicídios com arma de fogo foram cometidos com armas legais. "Se o agressor tem acesso a um revólver ou pistola, a mulher fica numa situação de vulnerabilidade bem mais elevada, mesmo que o armamento não tenha sido usado na agressão", explica. O discurso de autodefesa é inconsequente, avalia. "Um cidadão de bem, que nunca fez nada contra ninguém, de repente em uma briga de trânsito ele vai sacar essa arma e se tornar um assassino."

**Pesquisador do Ipea**, Daniel Cerqueira alerta que ter uma arma em casa "aumenta dez vezes a chance de alguém na família sofrer uma morte violenta por arma de fogo". Destaca também que o artefato não é eficaz para autodefesa. "Um indivíduo armado tem 54% mais chances de sofrer um latrocínio se reagir a um assalto." Coordenador do *Atlas da Violência*, ele explica que há um consenso nos meios acadêmicos internacionais sobre a correlação entre o número de armas de fogo e homicídios. "A arma é um elemento que contribui para o aumento da violência letal." Em 2013, durante a elaboração da tese de doutorado, o especialista identificou que o aumento de 1% no número de armas de fogo em circulação numa cidade poderia fazer a taxa de homicídios crescer 2%. Uma análise mais recente, produzida entre 2019 e 2021, demonstrou que "a cada 1% de aumento na difusão de armas nas Unidades Federativas, a taxa de homicídio aumenta 1,1%".



**Mudança.** Em 1º de julho, a competência de registrar e fiscalizar os CACs passou do Exército para a Polícia Federal

Por diversos fatores, nos últimos anos o índice de homicídios caiu no Brasil. Essa queda, porém, poderia ter sido mais expressiva se não tivesse aumentado tanto o arsenal privado, avalia Cerqueira. Ele destaca uma estimativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública: "Teria havido 6.379 homicídios a menos no País, entre 2019 e 2021, se não fosse a legislação permissiva de Bolsonaro". Há ainda um elemento subjetivo que diz respeito ao "empoderamento em conflitos". Uma pessoa comum, se estiver armada, pode se tornar mais agressiva ao se envolver em desavenças. "Em segundos, o que poderia ter sido uma discussão tola vira uma tragédia."

**De 2018 a 2022, o arsenal privado dobrou de tamanho. Chegou a 3 milhões de armas de fogo**

Outro problema é o impacto das armas legais no mercado ilegal. "Quanto mais armas houver na legalidade, mais armas vão migrar para os mercados paralelos." Somente em 2023, mais de 6 mil armas foram desviadas, roubadas ou extraviadas de CACs. O aumento da oferta decorrente desse desvio faz com que o preço das armas ilegais diminua, essa redução torna as armas ainda mais acessíveis aos criminosos. "Antes do Bolsonaro, um fuzil AR15 custava, no mínimo, 55 mil reais no mercado ilegal. Após a flexibilização, o preço caiu para 20 mil reais", revela.

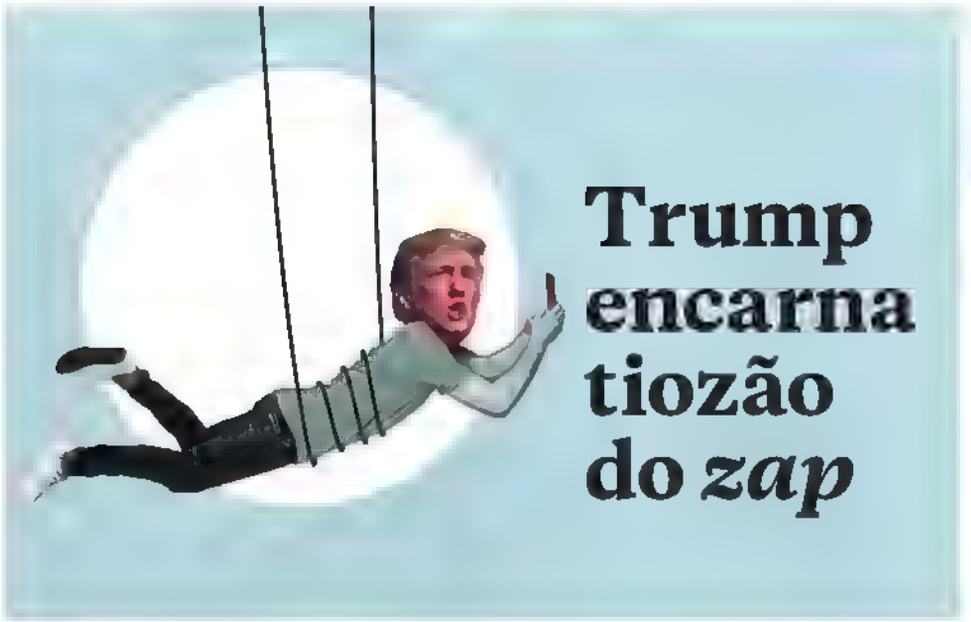
O quadro preocupante levou a mudanças no processo de registro e fiscalização de CACs, que no dia 1º de julho deixou de ser competência do Exército e passou para a Polícia Federal. Pollachi vê a mudança com bons olhos. "No Exército, havia muitas falhas. A PF, pela natureza de polícia e pelo acesso aos sistemas do Judiciário, tem potencial para fazer essas verificações com muito mais qualidade", explica. Logo de saída, caberá à PF fiscalizar ao menos 4,8 milhões de armas de fogo. Isso representa aumento de 60% das armas sob a responsabilidade da corporação. Segundo a especialista, "será necessário fazer investimentos estruturais para lidar com essa demanda ou a situação poderá ficar insustentável". •

RAPHAEL ALVES TRB NA DE JUSTIÇA GOVAM

ines249



FRED MELO PAIVA



# Trump encarna tiozão do *zap*

▶ Em guerra contra os EUA, o republicano dispara mísseis de mamadeira de piroca contra o Judiciário do Brasil. Lula agradece

Olá! Estas são as NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO! O semanário de bordo da nossa viagem na maionese. Os flatos que mudaram o mundo!

Eis a "escalada" do nosso jornal, uma subida ao Everest de bermuda e chinelo de dedo: JUDICIÁRIO BRASILEIRO É BOMBARDEADO NA GUERRA DOS EUA CONTRA OS EUA. Representantes do povo brasileiro atacam o povo brasileiro. PRIMEIRA-DAMA ANUNCIA SEPARAÇÃO DE PREFEITO QUE "FALHA NA HORA H". Em Santa Catarina, vereadora quer proibir *Capitães da Areia* Viva os malucos!

TRUMP ENCARNA TIOZÃO DO *ZAP* E ATACA BRASIL COM MAMADEIRAS DE PIROCA. Em guerra contra os EUA, o Donald Trump atacou a Justiça brasileira com informações falsas publicadas na Truth Social, a Verdade Social. "Brasil está fazendo uma coisa terrível no tratamento ao ex-presidente Jair Bolsonaro". Trump não especificou se Bozo sofrera algum tipo de tortura em interrogatório feito por Brilhante Ustra no Tabuleiro de Espíritos.

Bozo "não é culpado de nada", absolveu o condenado pela Justiça norte-americana em 34 acusações. No entanto, errou ao mencionar uma "caça às bruxas", quando, na verdade, o que se combate é o Cramulhão

Lula agradeceu a oportunidade de abrir franquia internacional do "Nós contra eles", sua marca registrada segundo o Bonner e a Renata Vasconcelos na cruzada em defesa do patrão: "Eu não acho uma coisa muito responsável e séria um presidente de um país do tamanho dos EUA ficar ameaçando o mundo através da internet".

No Brasil, fogo amigo: CONGRESSO INIMIGO DO POVO É DESMASCARADO PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. Uma série de vídeos de IA, que supostamente chegariam à política para consagrar a extrema-direita, passou a pipocar nas redes, mostrando como o Congresso só trabalha a favor da pauta dos ricaços, sempre a deixar a conta nas costas do povão

Por meio de seus porta-vozes, ricaços acusaram o governo de promover o "Nós contra eles", ou pobres contra ricos, quando o ideal seria a manutenção do "Nós por eles", em vigor desde 1500. "O motivo todo mundo já conhece, é que o de cima sobe e o de baixo desce. Bom xibom, xibom, bombom."

E ATENÇÃO! SUCURSAL DE SANTA CATARINA INFORMA: A vereadora bolsonarista Jéssica Lemonie (PL), de Itapoá, pediu a exclusão de *Capitães da Areia* das escolas da cidade O livro "romantiza o estupro", faz "apologia da criminalidade", além de Jorge Amado ser "um instrumento comunista".

**O presidente da** Academia Brasileira de Letras, MERVAL PEREIRA, disse que "chega a ser patético, até porque JORGE AMADO RENEGOU O COMUNISMO EM 1956". Escreva para o NH e conte se na treta literária o caro leitor preferiu a emenda ou o soneto.

E, PRA FECHAR, EX-PRIMEIRA-DAMA GRAVA VÍDEO AO LADO DO MARIDO E ANUNCIA SEPARAÇÃO POR MOTIVOS DE FALHA NA HORA H. Ingrid Andrade estava ao lado do ex-prefeito de Arari (MA), Rui Filho (União Brasil), e disse que "não aguentava mais o relacionamento frio, onde não existia mais aquela química". Rui interveio: "Eu me culpava também, porque tinha vergonha de falar pra ela, e na hora H falhava, né". Rui Filho perdeu as últimas eleições para Simplesmente Maria (MDB).

THAT'S ALL, FOLKS! Voltamos a qualquer momento com novas informações. ■

*Jornalista, indicado ao Emmy Internacional com a série* O Infiltrado. *Autor dos livros* O Atleticano Vai ao Paraíso *e* Bandido Raça Pura.

STOCKPHOTO E GAGE SK DMORE

# Economia

# Curto-circuito

**ENERGIA** Trinta anos depois da primeira privatização, o setor elétrico acumula poucos êxitos e muitas frustrações

POR CARLOS DRUMMOND

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 43
**Marca.** A Kodak agora aposta na moda

Em julho de 1995, a Escelsa, empresa de energia do Espírito Santo, foi vendida a um consórcio privado liderado pela estatal portuguesa EDP. O leilão foi o pontapé da ampla abertura do setor elétrico planejada pelo governo Fernando Henrique Cardoso que desaguaria no racionamento de 2001 e enterraria o projeto de 20 anos de poder do PSDB. Desde então, sucessivas administrações federais, quatro delas do PT, fora o segundo mandato interrompido de Dilma Rousseff, foram incapazes de reorganizar o sistema, antes estável, barato e integrado. Em vez de discutir uma solução definitiva, o País optou por viver de emendas em emendas regulatórias, cujo único resultado é piorar o soneto.

**Diante de um** Congresso cada vez mais insensível às medidas técnicas, o sistema caminha rumo ao agravamento de seus defeitos. Os parlamentares defendem, e aprovam, a energia eólica *offshore*, muito mais cara, termoelétrica a carvão e usina a gás onde não há nem gasoduto. As medidas aumentam a disfuncionalidade da economia brasileira, que precisa de energia confiável e barata, caso queira se reindustrializar, ocupar um espaço mais robusto no cenário internacional do que o que tem hoje e garantir o bem-estar da população. Por essas e outras iniciativas descoladas do interesse público e mesmo da lógica, a promessa de maior competição, tarifas mais baixas e melhor qualidade dos serviços se transformou em um pesadelo para o consumidor, com risco constante de racionamento, entraves ao crescimento do PIB, tarifas exorbitantes e lucros sem retorno social para as controladoras das companhias, punidas de forma branda quando descumprem os compromissos contratuais. "O sistema hoje é muito mais deficiente do que poderia, ambiental e economicamente", afirma Ildo Sauer, vice-diretor do Instituto Energia e Ambiente da USP.

O setor, prossegue Sauer, perdeu a confiabilidade na transmissão e distribuição e virou uma plataforma de atração de valor por grupos e *lobbies*. Queimou dinheiro e poluiu o ambiente. O grande problema foi combinar a privatização com um modelo de preços e de alocação de risco que levou a um desequilíbrio contratual a favor dos compradores e um desestímulo aos investimentos. Quando o risco de falta de energia aumenta, o investidor está protegido pelo preço alto.

A questão de fundo que realmente influencia a tarifa ao consumidor são as cláusulas draconianas dos contratos de concessão dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sublinha Heitor Scalambrini Costa, professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco, em artigo na plataforma especializada EcoDebate. Os contratos embasam os preços exorbitantes e a impunidade das empresas, por não cumprirem a prestação adequada e contínua do serviço na área de concessão, acrescenta Costa. Apresentadas como "juridicamente perfeitas", as cláusulas garantem que não haja diminuição dos lucros das companhias. É o sonhado capitalismo sem risco, benéfico apenas para aqueles beneficiados com as privatizações.

Os técnicos do governo classificam o saldo da abertura e privatização como "uma coleção de falências". O maior problema está na desestatização da geração de energia e no uso de uma lógica de mercado com decisões fragmentadas. Como se trata de um sistema de rede conectado pelo sistema de transmissão, o que garante a eficiência não é a gestão microeconômica, que, segundo o argumento neoliberal, seria muito melhor se realizada por um ente privado.

**O sistema** está menos confiável, **diz Ildo Sauer**

**A matriz elétrica** atual não é a mais eficiente nem mesmo do ponto de vista do próprio sistema. Há sobra de energia renovável não armazenável, eólica e solar, durante parte do dia e possibilidade de falta em momentos de pico de demanda, à noite, quando os ventos se tornam mais inconstantes, o sol se põe e as hidrelétricas têm pouca margem para compensar. Antes uma das mais baratas do mundo, a energia brasileira hoje figura entre as mais caras. A situação agravou-se com uma avalanche de subsídios que distorcem ainda mais a operação do setor. A pressão que o repasse da elevação das tarifas exerceu sobre a inflação nos últimos 25 anos foi enorme. Resultou em elevações superiores a 40% dos preços das carnes e a mais de 75% dos laticínios e do pão francês, aponta Fernando Garcia de Freitas, da Consultoria ExAnte, em artigo sobre o assunto. Segundo um estudo da Abrace, associação de grandes consumidores de energia, entre 2000 e 2024, a tarifa residencial subiu 401,4% e o custo do botijão de gás, 756%.

O pior não foi a privatização do controle dos ativos, mas a submissão do interesse público coletivo à lógica de valorização de curto prazo do setor, composto de numerosos *lobbies* com força suficiente para prorrogar seus privilégios, argumenta um técnico do governo. "A privatização da Eletrobras é o evento mais triste que poderia acontecer no setor", queixa-se um especialista

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

em energia atuante em um ministério. A tomada da gigante do setor pelo capital privado em uma desestatização altamente questionável provocou danos em série. A única maneira de ter energia barata é obrigar quem gera a vender por um preço que cubra seus custos e lhe dê uma remuneração razoável, mas não exorbitante. Isso só é possível caso exista uma empresa estatal que sirva de ponto de equilíbrio ao conjunto do sistema.

O setor privado nunca vai vender a energia segundo o raciocínio que coloca em primeiro lugar o interesse público. O caso europeu recente demonstra essa ponderação. Os donos de usinas mais competitivas jogaram os preços lá no teto quando veio a crise do gás russo. Ganharam uma fortuna. Tinha comprador para a energia cara. Então o que fez o gerador da opção renovável mais barata? Subiu o preço para um patamar equivalente àquele do gás escasso e caríssimo.

**Outro problema** da perda da Eletrobras para o setor privado e a submissão à lógica financeira, de maximização permanente do lucro para os acionistas controladores, é que se trata de uma empresa gigante, com capacidade de pesquisa, de financiamento e de investimento, dotada de um centro de pesquisa de excelência reconhecida A tendência agora é a cúpula da companhia pensar apenas em distribuir o máximo de dividendos aos acionistas. O compromisso com o desenvolvimento do País e investimentos rumo a uma matriz mais equilibrada, em gerar energia e vendê-la por um preço justo passou ao segundo plano.

"A abertura e privatização do setor foi talvez uma das decisões mais danosas ao bem-estar da população e à economia brasileira. O preço da energia poderia ser a metade do que é hoje, para o consumidor de pequeno e médio porte. Houve uma transferência brutal de custos e alocação de risco dos pequenos e médios consumidores para os grandes, via mercado livre. Escolhemos a trajetória errada, com usinas mais prejudiciais do que o necessário", reforça Sauer.

**Entre 2000 e 2024, as tarifas residenciais ficaram 400% mais caras**

A rede de transmissão e distribuição foi convertida em um conjunto de centros sem dinamismo, pois a forma de contratação está errada. O dono de uma rede não pode fazer melhorias porque é apenas operador do sistema. "A tal da neutralidade, o dogma de que teria competição pura e perfeita, da teoria neoclássica, que os neoliberais adotaram, nunca funcionou para isso nem para fazer inovação. Porque virou um mero investimento financeiro. A construção de uma rede de transmissão como a da Eletropaulo passa a ser, pelo padrão atual, uma simples opção financeira", avalia o professor da USP.

Os incentivos estão, portanto, completamente equivocados, prossegue o especialista. A lógica é equivocada e o processo lento e gradual, que começou no fim dos anos 1980 com o governo Collor, consolidou-se e impôs-se no governo FHC e foi, em conceito e substância, mantido em todos os governos seguintes. Isso fez com que o Brasil reduzisse a confiabilidade da distribuição e transmissão de eletricidade, com preços, impacto ambiental e poluição muito acima do necessário. "Tudo por uma escolha ideológica, que nos levou a esse paradigma de absoluto descompasso entre a possibilidade e a realidade implantada." ■

PAULO PINTO AGÊNCIA BRASIL

**Leniência.** Problemas de fornecimento como em São Paulo são levemente punidos

ines249

**ADALBERTO VIVIANI**
Consultor de marketing e comunicação especializado em bens de consumo

# A roupa nova da Kodak

▶ A marca popular da fotografia aposta na moda

A Kodak é frequentemente citada como exemplo de empresa superada pelas novas tecnologias. Líder mundial em filmes fotográficos e câmeras analógicas, a marca perdeu relevância ao subestimar o impacto da digitalização e da chegada dos celulares com câmera. Mas agora tenta um novo fôlego à frente das lentes.

Com seu icônico fundo amarelo-alaranjado, a marca ainda desperta nostalgia e conexão emocional. Isso foi percebido e agora os consumidores podem vestir camisetas, casacos, bolsas, bonés e uma variedade de produtos com a estampa Kodak. O fenômeno é mais forte fora dos Estados Unidos, com destaque para a Coreia do Sul, onde lojas viraram pontos "instagramáveis", como adoram dizer os jovens influenciadores.

Atualmente, 44 empresas são licenciadas para utilizar a marca. No Brasil, os produtos de *streetwear* da Kodak podem ser encontrados em grandes varejistas: camisetas a partir de 39 reais e casacos por até 239 reais. Também há mochilas, sandálias, lentes para óculos, câmeras instantâneas e até pilhas e baterias em diversas partes do mundo.

O licenciamento virou um respiro para a Kodak, que ainda concentra sua receita em produtos de impressão. Em 2024, a empresa faturou cerca de 1 bilhão de dólares, muito distante dos 19 bilhões anuais da década de 1990. Ainda assim, o valor residual da marca pode ser uma base sólida para novos negócios. O setor de licenciamento global movimenta perto de 320 bilhões de dólares, dos quais a Kodak representa, aproximadamente, 20 milhões.

Como ensina o marketing, a disputa das marcas é travada na mente dos consumidores. E o valor simbólico da Kodak ainda é poderoso. Há dois anos, a companhia venceu o prêmio de Melhor Marca no Licensing International Excellence Awards, um dos mais prestigiados do setor. Em 2024, também foi premiada por parcerias com a marca Hilight e com a grife de *streetwear* HUF. Resta saber se, desta vez, a Kodak conseguirá focar na história que o mercado está contando.

## Robotáxis

A Volkswagen testa na Alemanha seu modelo de veículos totalmente autônomos. Batizado de ID.Buzz AV, o projeto é uma associação entre a montadora e a Mobileye, empresa de direção autônoma cujo sócio majoritário é a Intel. Em junho, houve o anúncio de que o veículo está em produção regular. O foco da nova operação é atender ao mercado corporativo e empresas de transporte.

Veículos autônomos de transporte operam há mais de cinco anos nos EUA. Chamados de robotáxis, são vistos com frequência nos grandes centros e começam a fazer parte da paisagem. A Waymo, da Alphabet, realiza mais de 250 mil viagens por semana. A VW deve chegar ao mercado norte-americano no próximo ano. Para enfrentar a concorrência, fechou um acordo com a Uber.

## Vai dar ré?

O IPI Verde e o Projeto Carro Sustentável, iniciativas previstas no MOVER, voltados para estimular a indústria automobilística nacional, são aguardados com muito interesse pelas montadoras. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, o setor cresceu 4,8% no primeiro semestre e atingiu 1,19 milhão de veículos comercializados. O mês de junho registrou, porém, retração de 0,6% em comparação com o mesmo mês do ano passado. O futuro, de acordo com a entidade, é preocupante.

A apreensão do setor tem fundamento nos dados mais recentes: as vendas em junho foram 5,7% menores do que em maio. E o futuro preocupa com os juros básicos em 15%. De acordo com o presidente da Anfavea, Igor Calvet, as taxas de financiamento de veículos estão em 27,6% para pessoas físicas e 19,3% para jurídicas.

Outro fator de alerta é o crescimento das importações, que passaram de 17,7% para 19,1% em um ano. O foco está nos veículos chineses, que perdem em volume apenas para os carros importados da Argentina, embora, nesse último caso, a importação seja feita pelas próprias montadoras. Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, os carros eletrificados representam cerca de 10% do mercado nacional, com os chineses a liderar o segmento com folga.

## Multas

A Shopee foi considerada culpada por promover descontos enganosos em seu site francês e recebeu multa de 40 milhões de euros (cerca de 250 milhões de reais). Apesar do valor expressivo, ainda é pequeno comparado à punição aplicada à Apple: 500 milhões de euros (perto de 3,2 bilhões de reais), imposta pela Comissão Europeia. A fabricante norte-americana foi acusada de impedir consumidores de acessarem aplicativos comercializados fora de sua própria loja virtual. A empresa informou que pretende recorrer contra uma decisão que considera exagerada. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPT STÃO

# O arranjo do desarranjo

## MOEDAS As ameaças de Trump e as reações dos BRICS

POR MANFRED BACK E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

O avesso, do avesso, do avesso. Há um clamor ou desejo nostálgico para um novo Bretton Woods, ainda mais nesses tempos turbulentos desatados sobre a moeda-reserva, o dólar. Na posteridade da Segunda Guerra Mundial, as mentes saudosistas clamavam por um retorno ao padrão-ouro.

Os desarranjos do sistema monetário internacional invocam a possibilidade de um novo Bretton Woods. Desta vez, acreditamos numa adaptação digital do Bancor.

A ideia de Keynes, vencida na reunião de Bretton Woods, pretendia criar uma moeda única para todos os países amparada em uma Câmara de Compensação única, a União Internacional de Compensação (UIC), cuja diretoria seria formada por representantes de todos os países.

O Bancor seria a moeda utilizada nas trocas entre os países aderentes ao sistema e o seu valor seria lastreado numa combinação de moedas mantidas pelos bancos centrais nacionais. Cada país receberia uma cota anual de "Bancores" proporcional à sua participação no comércio mundial. Se a balança de pagamentos de alguém caísse para um déficit, seriam concedidos créditos para equilibrá-la. Se alguém acumulasse um excedente, os Bancores seriam deduzidos de sua cota.

"A proposta é complicada e nova, e talvez utópica no sentido de que não é impossível de pôr em prática, mas que pressupõe uma maior compreensão, espírito de inovação corajosa e cooperação e confiança internacionais do que é razoável supor." (Keynes)

Na visão de Lord Maynard Keynes, o problema dos desequilíbrios entre as economias que redundaram em duas guerras mundiais eram as guerras cambiais, as guerras comerciais, os desequilíbrios dos balanços de pagamentos e o financiamento precário dos países com moedas não conversíveis

**O Bancor** sucumbiu à hegemonia americana, mas houve um acordo para administrar o sistema monetário internacional mediante a vinculação do dólar ao ouro. Essa decisão estabeleceu a paridade de 35 dólares a onça-ouro.

Em 1971, diante dos desequilíbrios do balanço de pagamentos dos Estados Unidos, Richard Nixon promoveu a desvinculação do dólar ao ouro. A partir de então, já em 1973, é decretado um sistema de taxas de câmbio flutuantes, seguido, mais tarde, pela abertura das contas de capital. A determinação da taxa de câmbio de cada país está sujeita aos caprichos do fluxo de dinheiro que vagueiam pelo mundo na busca de retorno alavancado sobre o diferencial de taxas de juro, a conhecida arbitragem.

**A ideia de Keynes, adaptada ao modelo chinês, permite aos países liquidarem trocas comerciais em moeda local**

Os países de moedas não conversíveis foram submetidos ao comando do movimento de capitais que promove a instabilidade das alternâncias entre valorizações e desvalorizações. Portanto, os países de moedas "fracas" não são soberanos para fixar suas taxas de juros.

Keynes percebeu, assim como outros economistas, que a taxa de câmbio define a taxa de juros, não o contrário. A taxa de câmbio define a relações de intercâmbio entre os países, determina os movimentos de preços nos emergentes e escancara as disparidades entre o valor da riqueza expresso na moeda nacional em relação à moeda estrangeira. Um caudal de opiniões dos especialistas desconsidera a determinação da taxa de juros interna pelas oscilações do câmbio flutuante

Nas economias de moeda não conversível, como o real brasileiro e o peso argentino, a mobilidade de capitais tende a produzir valorizações indesejadas, seguidas de desvalorizações abruptas. Os regimes de taxa de câmbio flutuante não conseguem amenizar o baque e as autoridades monetárias do país de "moeda fraca" – com "ponto de compra" imprevisível – são tentadas a vender reservas ou subir as taxas de juro para estabilizar o curso do câmbio. Não funciona. Se as reservas são baixas diante de um passivo financeiro elevado em moeda estrangeira, tais medidas desesperadas acentuam a desconfiança na moeda local e aceleram a fuga de capitais.

ines249

O BC chinês controla as variáveis chaves, a taxa de câmbio e a taxa de juros

Cabe a pergunta: como administrar a taxa de câmbio sem controlar a conta de capital?

Quem aprendeu a lição foi a China, *my friends!* O Banco Central Chinês controla a entrada e saída de capital estrangeiro, não adota o regime de metas de inflação e administra uma taxa de câmbio em relação ao dólar e o euro, e, também, nas relações com os parceiros comerciais asiáticos. Controla as variáveis-chave na economia, a taxa de câmbio e a taxa de juros.

**A China foi além,** testou internamente uma espécie de yuan digital, a CBDC, Moeda Digital de Banco Central (e-CNY) Mais de 134 países estão desenvolvendo sua moeda CBDC, inclusive o Brasil com o Drex. Em 2021 foi lançado o mBridge, projeto de uma câmara de compensação entre as moedas dos países participantes para competir com o Swift, a plataforma de pagamentos em dólar.

Segundo o Banco de Compensação Internacional (BIS), o projeto mBridge faz experiências com pagamentos internacionais usando uma plataforma comum baseada na tecnologia de registro distribuído (DLT), na qual vários Bancos Centrais podem emitir e trocar suas respectivas moedas digitais emitidas pelos Bancos Centrais (multi-CBDCs). A proposta do mBridge é a construção de uma plataforma multi-CBDC eficiente, de baixo custo, que possa fornecer uma rede de conectividade direta entre Bancos Centrais e participantes comerciais, aumentando significativamente o potencial para fluxos de comércio internacional e negócios transfronteiriços em geral.

Para testar essa proposta, um novo *blockchain* nativo – o livro-razão mBridge – foi projetado e desenvolvido por Bancos Centrais para Bancos Centrais, a fim de servir como uma implementação de plataforma especializada e flexível para pagamentos transfronteiriços em várias moedas.

Nasce a possibilidade de um novo arranjo monetário capitaneado pelos chineses, e talvez a realização do sonho de Keynes, usando o mBridge como forma de meio pagamento em várias moedas, tendo como âncora o (e-CNY). A vantagem da ideia original de Keynes, agora adaptada ao modelo chinês, permite aos países liquidar suas trocas comerciais em moeda local

Esse projeto pretende dar fim à Era de Desequilíbrios causados pelo regime de câmbio flutuante. Fim da volatilidade e da ociosidade do dinheiro. Se vingar, retornamos a um sistema de taxas de câmbio administradas E, mais importante, o déficit externo financiado pelas moedas locais

"O capital-dinheiro está ocioso não apenas como música passiva e também como música do futuro, mas também como música ativa, como música do futuro." (Marx)

Talvez se volte a cantar a música *Like a Bridge Over Troubled Water,* de Simon & Garfunkel. •

# O extremo do extremo

**EUA** O sul-africano Elon Musk lança o *America Party* e confronta Donald Trump

POR CLARISSA CARVALHAES DE NOVA YORK

O monstro do extremismo de direita é insaciável. Após romper a "parceria" com Donald Trump por considerar uma espécie de traição ao projeto de destruição do Estado o pacote fiscal desenhado pelo presidente dos Estados Unidos, Elon Musk lançou um movimento para chamar de seu. Embora tenha nascido na África do Sul – e, por isso, tenha sido ameaçado de deportação pelo republicano –, o bilionário colocou o patriotismo e a liberdade de expressão sem limites como bandeiras do America Party. Dado o histórico do fundador, a legenda tem tudo para se tornar um palco para seu ego incontrolável e para uma agenda ainda mais radical, anarcocapitalista. O projeto nasce também do rancor alimentado pelo rompimento suburbano com Trump, regado com insultos em praça pública. No início do mandato, Musk chegou a ser apelidado de "copresidente" pela mídia, mas deixou o governo humilhado, diante dos resultados pífios e constrangedores do "Departamento de Eficiência", criado sob medida para abrigá-lo na Casa Branca.

A desculpa para o fim da relação atribulada foi o pacote fiscal aprovado pelo Congresso, que aumenta o endividamento dos EUA ao longo do tempo. Em 3 de junho, Musk criticou duramente os congressistas que votaram a favor do plano e não poupou nem o presidente. "Desculpe, mas não aguento mais. Este projeto de lei de gastos do Congresso, enorme, ultrajante e cheio de carne de porco, é uma abominação repugnante. Que vergonha para quem votou a favor: vocês sabem que erraram. Vocês sabem disso", esbravejou em sua conta no X. "Sem mim, Trump teria perdido a eleição, os democratas controlariam a Câmara e os republicanos votariam em 51-49 no Senado. Quanta ingratidão!"

**No dia seguinte,** Trump devolveu na mesma moeda do ressentimento. "Elon e eu temos um ótimo relacionamento. Não sei se continuaremos a ter", afirmou a jornalistas no Salão Oval. "Eu o ajudei muito. Ele conhecia o funcionamento interno do Projeto de Lei melhor do que qualquer um aqui presente. Eu não tinha problema algum com ele. De repente, ele tinha um problema, e só o desenvolveu quando descobriu que iríamos cortar a obrigatoriedade de veículos elétricos."

**O bilionário promete ser mais "patriota" que o ex-parceiro**

O pacote aprovado realiza, porém, o sonho da extrema-direita mundial e do "governo da caquistocracia". Haverá uma redução brutal de impostos para os mais ricos à custa do corte profundo de programas sociais, o que vai ampliar a desigualdade no mais desigual país desenvolvido do planeta. No setor de saúde, um dos principais afetados será o Medicaid, que garante cobertura médica para mais de 72 milhões de cidadãos, perto de um quinto da população de baixa renda, incluídos crianças e idosos. As novas regras estabelecem a necessidade de vínculo formal e contínuo de trabalho para os beneficiários. Segundo levantamento publicado pelo Instituto de Política Econômica, os cortes anuais no Medicaid totalizariam, em média, cerca de 70 bilhões de dólares (perto de 400 bilhões de reais), semelhante ao valor que os mais ricos deixarão de pagar anualmente de impostos.

"Fala-se muito, com razão, sobre como Trump destoa da história recente da política norte-americana. A forma como ele age, fala e governa é realmente sem igual. Mas ele também representa a consumação do projeto republicano de poder. Essa nova legislação, com seu ataque frontal às políticas sociais e corte de impostos para os mais ricos, reflete isso nitidamente", afirma Andre Pagliarini, da Universidade da Louisiana. Em uma década, o pacote vai elevar em 3,3 trilhões o déficit dos EUA, calculam economistas. O resultado tende a ser um enfraquecimento da economia e do dólar. Para Musk, a legislação "anu-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 48
**Clima.** Megaeventos como a COP30 estão defasados, afirma Vinícius Lindoso

**Palco.** Musk criou um movimento para abrigar o próprio ego. Os investidores não gostaram

MOLLY RILEY ASA BRANCA

la todas as economias de custos alcançadas pelo Doge". Exagero. Reportagens publicadas recentemente mostram que as decisões tomadas no departamento foram inúteis em alguns casos e desastrosas em outros tantos. No fim das contas, o magnata da tecnologia produziu muita espuma de propaganda.

Musk conseguirá ocupar o lugar de Trump e radicalizar ainda mais o movimento MAGA? Dinheiro não seria um entrave. Homem mais rico do mundo, o sul-africano tem recursos de sobra para sustentar uma campanha nacional, criar estruturas em estados importantes, alimentar as redes sociais e, principalmente, atrair aliados interessados em receber vultosas contribuições de campanha e visibilidade nas plataformas digitais. O ponto, diz Pagliarini, é que a criação de uma nova legenda depende tanto de estrutura quanto de demanda. "Musk claramente tem dinheiro suficiente para superar muitas das barreiras erguidas propositalmente pelos dois principais partidos e driblar obstáculos logísticos. Em relação ao segundo desafio, sou menos confiante. É verdade que, sob Trump, o Partido Republicano radicalizou-se em muitos sentidos, mas o presidente continua bastante popular. Para quem o partido de Musk vai falar?"

**O America Party** foi recebido com frieza e ceticismo nos altos círculos. No dia seguinte ao anúncio de criação do partido, a Tesla, fabricante dos veículos elétricos do bilionário, perdeu 68 bilhões de dólares em valor de mercado. Os investidores temem que Musk esteja atualmente mais interessado em travar batalhas ideológicas do que em trabalhar pela prosperidade dos negócios. A Tesla, em especial, enfrenta ao mesmo tempo uma concorrência crescente – mais eficiente – e uma rejeição internacional, por conta do radicalismo político do controlador. Do ponto de vista eleitoral, as chances de sucesso da nova legenda são incertas, senão quase nulas, pois o sistema bipartidário dos Estados Unidos criou há tempos uma barreira eficaz contra novos contendores. Há um certo exagero sobre a inteligência de Musk – e seus movimentos recentes enfraqueceram a imagem de "gênio" construída à base de um marketing incessante –, mas talvez o magnata só esteja interessado em capturar a atenção a seu favor, sempre benéfico ao *business*, e tornar mais insano o debate público norte-americano. ■

# A indústria das cúpulas

**ENTREVISTA** Grandes eventos ambientais como a COP30 produzem poucos resultados, afirma Vinícius Lindoso

A JOÃO PAULO CHARLEAUX

A COP30, marcada para novembro em Belém do Pará, é parte de uma "indústria de cúpulas" que custam caro, consomem muito tempo e produzem poucos resultados concretos, critica Vinícius Lindoso, por uma década funcionário da Unesco em Paris. Segundo o brasileiro formado em Relações Internacionais em Yale e mestre em Políticas Públicas por Oxford, o modelo atual de conferências virou uma "engrenagem autônoma, onde muito se fala e pouco se faz".

**CartaCapital:** O que seria a "indústria de cúpulas"?

**Vinícius Lindoso:** É um ecossistema inflado de conferências ambientais internacionais que se multiplicam ano após ano, sejam organizadas pela ONU, sejam por governos ou por entidades privadas. São dezenas de encontros anuais, como as COPs do Clima e da Biodiversidade, a Our Ocean Conference, e fóruns corporativos como o World Ocean Summit de *The Economist*. Todos prometem diálogo e soluções, mas consomem enormes recursos públicos, tempo de especialistas e atenção da mídia, com poucos resultados concretos. Essa indústria opera sem avaliação real de impacto. Só em 2024, houve ao menos dez grandes conferências globais sobre clima, oceano e biodiversidade, ocupando quase 60 dias úteis de milhares de profissionais, que, em tese, deveriam estar concentrados em resolver as crises que discutem, não apenas debatendo, viajando e produzindo mais emissões. Nem mesmo a ONU tem números claros sobre os custos, pois os gastos são fragmentados entre o secretariado, os países anfitriões e patrocínios privados. O modelo atual virou uma engrenagem autônoma, onde muito se fala e pouco se faz.

**CC:** A COP30 é parte dessa "indústria de cúpulas"?

**VL:** Sim. Apesar de seu papel central na diplomacia climática, após 30 anos de negociações, as COPs ainda não entregaram resultados contundentes. As emissões seguem em alta e dificilmente alcançaremos a meta de 1,5°C do Acordo de Paris, que perdeu boa parte de sua credibilidade. A confiança pública também está abalada: em 2024, apenas 9% dos britânicos disseram acreditar que essas cúpulas levam a ações significativas. No caso da COP30, há um desafio adicional: a decisão política de sediá-la em Belém impôs uma complexidade logística imensa. Embora o esforço dos governos para viabilizar o evento seja louvável, o custo será alto e a diversidade, provavelmente limitada. Há risco de repetir o cenário da COP27, no Egito, onde muitos atores do Sul Global ficaram de fora por falta de condições.

**CC:** São todas iguais?

**VL:** Apesar das minhas críticas contundentes, é preciso sempre separar o joio do trigo. Não hesito em dizer que muitas conferências, como a Our Ocean Conference ou as conferências de "décadas temáticas" da ONU (o Rio de Janeiro acaba de se comprometer em sediar a próxima conferência da Década do Oceano, em 2027), deveriam ser fortemente reduzidas, amalgamadas ou simplesmente descontinuadas. Não possuem legado político ou concreto, logo não farão falta. Já as COPs do clima ou da biodiversidade estão numa categoria à parte e merecem atenção. Trabalho atualmente com cientistas, filantropos e comunidades indígenas e tradicionais para assegurar a participação na COP30, e com jornalistas independentes e escolas para garantir que a conferência não vá se reduzir às atividades em torno de Belém. Que atinja e, principalmente, mobilize os milhões de brasileiros que sentem as consequências das mudanças climáticas em seu dia a dia.

**Só espuma.** É preciso mudar a arquitetura das conferências, sugere o especialista brasileiro

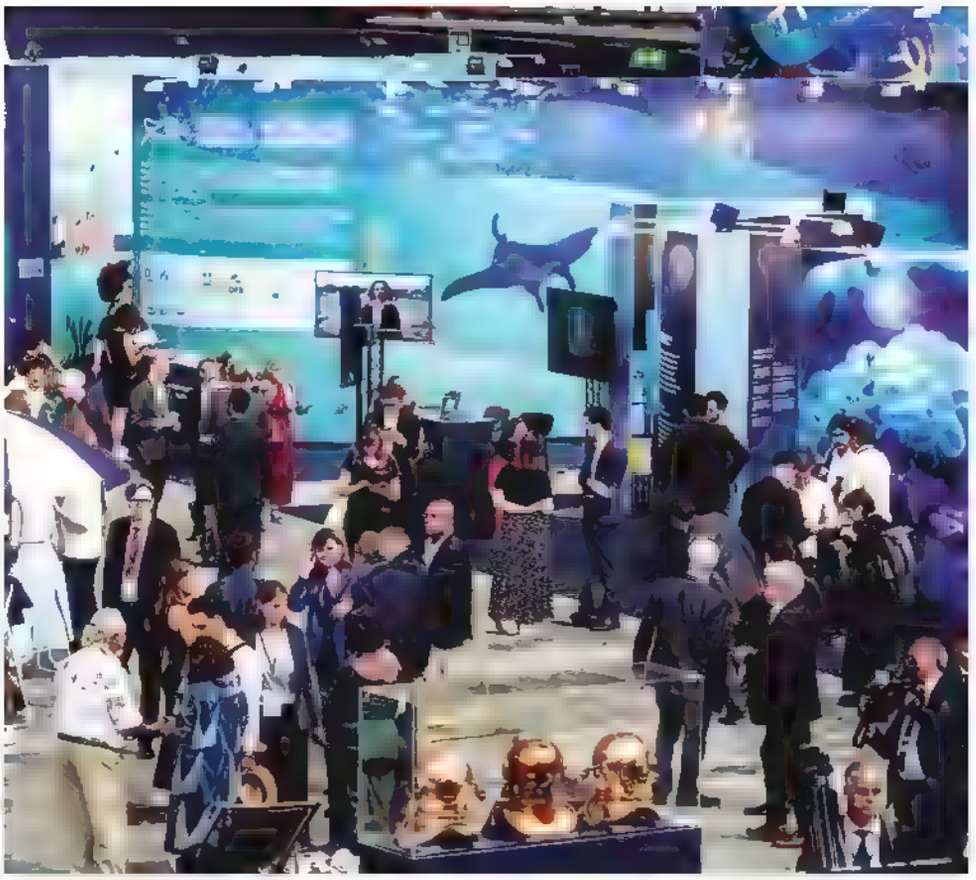
**CC:** De que maneira os interesses privados

perpassam essas grandes cúpulas?

**VL:** De forma crescente e preocupante. Um exemplo foi a Conferência da ONU Sobre o Oceano, em junho, em Nice. Embora financiada majoritariamente com recursos públicos, a participação da sociedade civil foi terceirizada e comercializada. Um pavilhão custava até 150 mil euros (cerca de 900 mil reais), apenas pelo espaço físico, fora os custos de produção e equipe. Na prática, só participou quem pôde pagar. Mais grave ainda é o risco de captura do discurso. No caso da COP30, sabe-se que a cobertura midiática está sendo financiada por grandes *players* do agronegócio e da indústria, como JBS, Hydro e Vale. Esse modelo gera um ambiente desigual: organizações com acesso a grandes financiadores dominam os espaços, enquanto atores locais, indígenas, cientistas independentes e jovens ficam à margem, quando conseguem estar presentes. O que deveria ser um espaço democrático vira uma feira corporativa, muitas vezes bancada indiretamente com dinheiro público, pois os próprios órgãos públicos e agências da ONU pagam para ter visibilidade. O setor privado pode e deve contribuir, mas no financiamento das soluções, não no controle dos palcos.

**CC:** Como ampliar a participação e afunilar os resultados ao mesmo tempo?

**VL:** As cúpulas não produzem resultados concretos justamente por excluírem os grupos mais afetados pelas mudanças climáticas. Quando as vozes de comunidades indígenas, jovens ativistas, cientistas independentes e representantes do Sul Global ficam restritas a zonas periféricas, como a chamada "Zona Verde" nas COPs, perde-se legitimidade, ambição e senso de urgência. A solução não está apenas em "incluir mais gente", mas em redesenhar a arquitetura das conferências. A distinção entre "Zona Azul" (onde os governos decidem) e "Zona Verde" (onde a sociedade civil observa) precisa acabar.



**Controle.** Empresas privadas passaram a dominar os palcos dos eventos de "forma crescente e preocupante". Quem não pode pagar, acaba silenciado

Precisamos de mesas fundidas, onde todos estejam presentes no debate, mesmo que a decisão final siga nas mãos dos Estados. Isso exigirá coragem para mexer em formatos consolidados. Talvez as futuras COPs precisem ser mais curtas, com dias reservados exclusivamente a negociações oficiais entre os países, e outros dias abertos à sociedade civil, ao setor privado e à ciência, de forma integrada e deliberativa.

**CC:** O senhor passou dez anos trabalhando no sistema das Nações Unidas, com temas ambientais. Qual a visão que se tem de dentro?

**VL:** É uma engrenagem altamente profissionalizada, com gente competente e comprometida, mas presa a um modelo que se repete sem avaliação crítica real. A "indústria das cúpulas" gira com uma série de justificativas ditas e não ditas. A justificativa "dita" é de que esses encontros são essenciais para enfrentar os desafios coletivos do planeta. A "não dita" é que essas cúpulas servem de ferramentas de mobilização de recursos extraorçamentários para muitas agências, além de servirem de alavancas de visibilidade institucional, não com os cidadãos, mas com políticos e tomadores de decisão. A verdade incômoda é que, sem transformação estrutural, essas conferências continuarão a servir mais aos seus formatos do que aos seus objetivos. Apesar de não fazer parte das reuniões internas, na ONU muitos sabem disso. Mas mudar o sistema exige mexer com estruturas de poder, contratos, carreiras. E isso, infelizmente, é o que mais se evita. •

ALESSANDRA BENEDICTI FAO ONU E REDES SOCIAIS

ines249



# A vida na encruzilhada

**TEATRO** A Companhia de Teatro Heliópolis, que faz 25 anos, cria uma peça inspirada nas experiências dos egressos do cárcere

POR MARIA FERNANDA VOMERO*

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 54
**Protagonista.** Um livreiro desafia a "República de Curitiba" e o herói Moro

**Após as grades.** *A Boca Que Tudo Come Tem Fome (do Cárcere às Ruas)* acompanha seis personagens que tentam reinserir-se socialmente, enquanto lidam com as memórias da prisão

No palco, em certas passagens da coreografia realizada em coro, atores e atrizes experimentam, intencionalmente, o desequilíbrio. A instabilidade do movimento foi uma das imagens encontradas por Miguel Rocha, diretor de *A Boca Que Tudo Come Tem Fome (do Cárcere às Ruas)*, da Companhia de Teatro Heliópolis, para representar a sensação relatada por muitos egressos do sistema prisional ao descrever o instante em que se viram, de novo, em liberdade.

O 14º espetáculo do grupo, que está completando 25 anos, compõe uma trilogia informal sobre o sistema de justiça criminal brasileiro. A nova peça, em cartaz desde a quinta-feira 10 no Sesc 14 Bis, em São Paulo, fecha o foco sobre as pessoas que saíram da prisão, um grupo social invisibilizado pela sociedade e negligenciado pelo Poder Público. Já tinham sido encenadas *(In)justiça* (2019) e *Cárcere ou Porque as Mulheres Viram Búfalos* (2022).

**"Se antes de ir** para o cárcere o indivíduo já não conseguia exercer plenamente sua cidadania, quando sai, diversos obstáculos – alguns criados pelo próprio Estado – o impedem de se reorganizar de maneira adequada e seguir adiante", afirma Rocha. O processo de pesquisa e criação do espetáculo, que incluiu debates sobre o assunto, durou dez meses.

O título, *A Boca Que Tudo Come Tem Fome (do Cárcere às Ruas)*, remete a um provérbio associado a Exu, orixá das encruzilhadas e mensageiro entre deuses e humanos.

A peça acompanha seis personagens, todos com passagem pela prisão, em suas tentativas de reinserção social enquanto lidam com as memórias do período em que estiveram encarcerados.

Não se trata, porém, de uma montagem de cunho realista ou linear. Seguindo a estética da companhia, a encenação combina texto, trilha sonora executada ao vivo por quatro músicos, coreografias e um trabalho cuidadoso de luz.

Em cena estão seis atrizes e atores: Cristiano Belarmino, Dalma Régia, Davi Guimarães, Jucimara Canteiro, Klavy Costa e Walmir Bess. Quatro deles são – como Rocha – moradores de Heliópolis, a maior favela de São Paulo em extensão territorial e uma das mais populosas do País. Em 2006, o território, situado na região Sudeste da capital paulista, foi reconhecido pela prefeitura como bairro.

"Em Heliópolis, convivemos diariamente com a violência – não só a física, mas também a psicológica, aquela dos códigos já estabelecidos nos territórios periféricos, seja pelo Estado, seja pelos poderes paralelos", afirma Rocha. "Por isso, me interessa lidar artisticamente com essas questões."

Criada em 2000, a companhia conquistou, ao longo desses anos, um público fiel, que costuma lotar as sessões realizadas em sua sede, a Casa de Teatro Maria José de Carvalho. O espaço, no Ipiranga, bairro vizinho a Heliópolis, foi cedido pela Secretaria Estadual de Cultura em 2009. Todas as peças costumam ter temporadas de dois ou três meses na sede, mesmo que estreiem ou circulem depois por alguma unidade do Sesc.

> "Em Heliópolis, convivemos diariamente com a violência. Por isso me interessa lidar artisticamente com essas questões", diz o diretor Miguel Rocha

"Olho para Heliópolis como se fosse um microcosmo da sociedade brasileira", conta Miguel Rocha, que vive na comunidade desde meados dos anos 1990, quando chegou do Piauí. "Nas criações da companhia, sempre buscamos modos de contar as experiências de quem vive na periferia sob outras óticas."

Em *A Boca Que Tudo Come Tem Fome (do Cárcere às Ruas)*, a experiência retratada é aquela da reinserção social após um período de privação de liberdade. Ao deixar o sistema prisional, os indivíduos lidam não só com a busca por emprego e moradia, mas com deveres práticos, como reativar os documentos.

**"Existe uma lógica** de abandono organizado que alimenta a violência", diz Fábio Pereira, membro da Associação de Familiares e Amigos de Presos/as e Internos/as na Fundação Casa Amparar e da Frente Estadual pelo Desencarceramento. "O Estado não consegue ver as pessoas encarceradas como partes da sociedade. Depois de deslocadas do contexto social, elas são jogadas à margem. A inserção social deveria ser pensada antes do cárcere."

Segundo o estudo *O Funil de Investimento da Segurança Pública e Sistema Prisional em 2023*, publicado pela Justa, organização que atua no campo da economia política da justiça, as prioridades político-orçamentárias dos estados estão mais voltadas para a entrada no sistema prisional do que para a saída: para cada 5 mil reais gastos com as polícias militar, civil e técnico-científica, 1,2 mil reais foram direcionados ao sistema prisional e apenas 1 real foi investido em políticas para egressos. Foram analisados orçamentos de 22 estados.

A dramaturgia, assinada por Dione Carlos em seu segundo trabalho com a companhia, estrutura a narrativa em

JOSÉ HOLANDA E RICK BARNESCH

**Vozes da periferia.** A nova peça integra uma trilogia informa composta também por *(In)justiça* (2019) e *Cárcere ou Porque as Mulheres Viram Búfalos* (2022)

torno de Exu e traça paralelos entre a situação dos egressos do sistema carcerário e a dos escravizados recém-libertos a partir da abolição, em 1888. "Desde o primeiro código criminal o objetivo é conter 'ajuntamentos de pessoas negras', impedindo-as de viver com a liberdade de ir e vir", afirma a dramaturga.

Dione lembra que negros e pobres constituem o maior número de pessoas aprisionadas e defende: "Recorrer à história para criar narrativas que problematizem como ela se deu é obrigação da arte. E buscar nos mitos de matriz africana metáforas poéticas é uma forma de render homenagem ao conhecimento e ao legado afro-brasileiros".

Dione Carlos também criou a dramaturgia de *Cárcere ou Porque as Mulheres Viram Búfalos*, que estreou em 2022. A peça levou aos palcos, por meio da história de duas irmãs cujas vidas foram marcadas pelo aprisionamento de familiares próximos, uma perspectiva diferente para a questão do encarceramento em massa.

**A dramaturgia traça paralelos entre o presente e o momento pós-abolição, em 1888**

Os dados mais recentes da Secretaria Nacional de Políticas Penais, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, registram 909.067 pessoas privadas de liberdade. O Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países que mais encarceram no mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China, segundo o levantamento internacional World Prison Brief.

A peça *(In)justiça*, que teve a primeira temporada em 2019, buscou debater a relação entre o encarceramento em massa e a aplicação de uma lógica punitivista que recai reiteradamente sobre as populações marginalizadas e racializadas. O espetáculo, cuja dramaturgia ficou a cargo de Evill Rebouças, pôs em cena os meandros do julgamento por homicídio de Cerol, um rapaz negro da favela cuja trajetória escancarava uma série de omissões do Estado e da sociedade.

**As três peças** resultaram de processos artísticos contemplados por diferentes edições do Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo, iniciativa fundamental de incentivo a projetos de trabalho continuado de pesquisa e produção cênica.

A companhia, que iniciou sua trajetória com a montagem de *A Queda para o Alto* (2000), baseada no livro homônimo de Anderson Herzer, soma no currículo a participação em diversos festivais importantes, como o Mirada – Festival Ibero-Americano de Artes Cênicas e o Porto Alegre em Cena, e vários prêmios.

Os mais recentes vieram com a peça *Cárcere ou Porque as Mulheres Viram Búfalos*, que conquistou o Shell nas categorias dramaturgia e música, e foi finalista em direção, além de ter recebido também o Prêmio APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte) em dramaturgia. •

**A jornalista foi orientadora teórica dos estudos do grupo e mediadora do ciclo de debates públicos realizados durante o processo de criação do novo espetáculo.*

WESLE BARBA

ines249



# Histórias de bichos, mas para adultos

**LITERATURA** MARIA OSPINA PIZANO CRIA UM UNIVERSO NO QUAL OS ANIMAIS SÃO EQUIVALENTES EM IMPORTÂNCIA À HUMANIDADE

POR PAULA SPERB

*SÓ UM POUCO AQUI*
**María Ospina Pizano.**
Tradução: Sílvia Massimini Felix. Instante (176 págs., R$ 74,90 reais)

Por terra ou pelo ar, os protagonistas do romance *Só Um Pouco Aqui*, da colombiana María Ospina Pizano, estão em estado de impermanência. São eles duas cachorras de rua, uma ave migratória, um besouro e uma porca-espinho. Todos buscam sobreviver enquanto transitam por um mundo em que as fronteiras nacionais são uma exclusividade humana.

A escolha por um enredo em que bichos são os personagens principais é reveladora de um narrador onisciente que olha para outras espécies como sendo equivalentes, em importância, ao *homo sapiens*. No universo do livro, os animais são análogos à humanidade – não há diferença hierárquica.

Essa abordagem dos animais já foi experimentada por outros autores. Tolstoi inventou o mais humano dos cavalos em *Kholstomér* (1886) e Graciliano Ramos criou a magistral cadela Baleia, em *Vidas Secas* (1938). O que há de diferente em *Só Um Pouco Aqui* é que os animais não são afetados apenas por decisões humanas, mas por um sistema econômico e político.

**No início da leitura,** não é descabido pensar que se trata de um conjunto de histórias isoladas, mas, conforme a narrativa se aproxima do final, a autora revela a sutil teia que entrelaça todos os seres. Afinal, nada mais adequado do que a natureza para mostrar como tudo está interligado.

As aves migratórias talvez sejam o melhor exemplo. O impulso vital as faz voar por milhares de quilômetros e, a certa altura, elas esbarram nos arranha-céus do centro econômico de Nova York. É nesse ponto que um dos momentos mais ternos da trama – são vários – ocorre.

Um porteiro recolhe todos os dias, no fim do seu turno, os pássaros caídos, levando-os para o parque próximo de sua casa para enterrá-los. "A menina fará com pauzinhos uma cruz para cada um deles e cantará uma música que inventou para se despedir das aves na temporada anterior de enterros", escreve a colombiana.

Um ornitólogo que monitora uma das aves estranha o resultado do geolocalizador e resolve ir até o local. Ali, ele se depara com o pequeno cemitério anônimo de aves.

O romance mostra que histórias de animais não são exclusividades das crianças. Bichos são temas para adultos, que tanto precisam da sensibilidade e da consciência perdidas.

O historiador Roger Chartier defende que a materialidade de um livro também lhe confere significado – e não apenas as palavras. A edição caprichada de *Só Um Pouco Aqui* é um exemplo disso. As fotografias escolhidas, seus ângulos e detalhes gráficos fazem do livro um acontecimento nas mãos do leitor. ■

DIEGO LAGUENTE

ines249



# Nas entranhas da Lava Jato

**PROTAGONISTA** A Kotter Editorial leva adiante a missão de documentar os crimes da operação

POR RENÉ RUSCHEL

O lançamento de *O Orçamento Secreto de $. Moro* marca mais um capítulo da história de uma editora que tem se dedicado a documentar os crimes e desmandos da Operação Lava Jato e a consequente destruição da economia nacional levada a cabo por um projeto político-eleitoral. Nascida e mantida em plena "República de Curitiba", onde até hoje o ex-juiz é tratado como herói nacional, a Kotter Editorial enxerga a coleção de obras lançadas nos últimos anos não como a simples ocupação de um nicho no mercado livreiro, mas como uma missão e um compromisso com o País.

Escritor, pesquisador e fundador da editora, Salvio Kotter afirma que os livros são um desafio às forças reacionárias e diz ter assumido "os riscos de fazê-lo a 20 ou 30 centenas de metros da base das autoridades conluiadas". Geograficamente, a sede da editora na capital paranaense fica entre o prédio da Justiça Federal, onde Moro despachava nos tempos de magistrado, e a Superintendência da Polícia Federal, na qual Lula esteve preso por 580 dias. "Isso nos colocava em contato direto com a realidade, com essa tremenda injustiça, impondo-nos um imperativo moral de fazer alguma coisa. Nossa reação foi dar voz a quem, como nós, percebia que aquilo tudo era uma arapuca das elites e da imprensa hegemônica com autoridades corruptas." O desafio, prossegue, transmitia mais confiança do que inércia. "Essa gente é medrosa, covarde e não sabia o que tínhamos contra eles. Difícil saber, mas isso pode ter nos salvado de suas garras."

**Coragem.** É um imperativo moral, afirma Salvio Kotter

**Embora nunca** tenha sofrido ameaças diretas nem pressões explícitas, Kotter diz ter sido alertado por amigos que tentavam dissuadi-lo do projeto, preocupados com o peso institucional e os interesses poderosos afetados pelas publicações. "Confio na avaliação dos meus advogados de que não incorro em qualquer irregularidade."

Ancorado no relatório de correição elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, a partir de uma investigação da Polícia Federal, acrescido de quatro ensaios jurídicos escritos pelos advogados Antônio Caros de Almeida Castro, o "Kakay", e Wilson Ramos Filho, o "Xixo", além da ex-juíza federal Luciana Bauer, que atuou no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o TRF-4, e do próprio editor, *O Orçamento Secreto* desnuda os bastidores de um projeto de poder travestido de cruzada moral. Em seu texto, Kakay lembra que tudo teve início a partir de uma solicitação do juiz federal Eduardo Appio, recém-nomeado para a 13ª Vara Federal de Curitiba, à Polícia Federal, em maio de 2023, de apuração da existência de escutas ilegais instaladas na cela do doleiro Alberto Youssef e que se tornou uma

espécie de gatilho para a apuração. Ao investigar a cadeia de custódia dos áudios, a PF encontrou planilhas relacionadas a acordos de leniência, registros de empenhos financeiros que transitavam entre o Paraná e Washington, além de ofícios que revelavam uma postura ambígua da Petrobras, ora tratada como vítima, ora como cúmplice, ao cooperar seletivamente.

Para o advogado Ramos Filho, idealizador do Museu da Lava Jato, o livro, quando impede que um documento dessa importância permaneça enterrado nos escaninhos de Brasília, torna-se uma arma vital nessa luta. "É um convite para que a memória prevaleça sobre a amnésia e para que a República não esqueça que, quando a lei se curva aos homens, o Estado de Direito torna-se pouco mais que uma ficção."

**Ao explorar** documentos inéditos, relatórios pouco divulgados e decisões judiciais que contradizem a retórica dos juízes, a obra aponta como Moro, sua substituta, Gabriela Hardt, e a força-tarefa do Ministério Público sob o comando de Deltan Dallagnol operaram em zonas cinzentas, ignoraram garantias legais, manipularam delações, estimularam vazamentos seletivos e construíram acusações frágeis, demolidas mais tarde por tribunais superiores.

A imagem de Moro como herói foi desmontada peça por peça, com o tempo a revelar conexões políticas, diálogos comprometedores e interesses escusos. O livro não apenas expõe esses desvios como também documenta, relaciona e contextualiza os fatos. Menciona com frequência duas expressões que no formalismo do juridiquês soam como palavrões, "gestão caótica" e "possível conluio", além de indicar a falta absoluta de controle, para dizer o mínimo, dos bilhões que a turma da Lava Jato pretendia administrar, oriundos de acordos de leniência e delações premiadas.

*O ORÇAMENTO SECRETO DE S MORO*

**Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay), Luciana Bauer, Salvio Kotter, Wilson Ramos Filho (Xixo) e Henrique Pizzolato.**
Kotter Editorial
(110 págs., 45,29 reais)

*MORO O HERÓI CONSTRUÍDO PELA MÍDIA*

**Tarcis Prado Jr.**
Kotter Editorial
(250 págs., 59,29 reais)

*LULA NA LAVA JATO E OUTRAS HISTÓRIAS AINDA MAL CONTADAS*

**Jose Augusto Ribeiro.**
Kotter Editorial
(296 págs. 25,41 reais)

*MINHA ESPECIALIDADE É MATAR· COMO O BOLSONARISMO TOMOU CONTA DO BRASIL*

**Henry Bugalho.**
Kotter Editorial
(176 págs. 11,94 reais)

Não só. O caos administrativo não foi obra do acaso nem fruto de simples imperícia, mas parte de uma estratégia cuidadosamente pensada para atender a interesses privados sob o manto da moralidade pública. O grande objetivo da empreitada foi a tentativa de transferir 2,5 bilhões de reais para uma fundação de direito privado, a ser administrada pelos próprios procuradores. As negociações envolveram o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. "O então procurador Deltan Martinazzo Dallagnol – de maneira mais pronunciada – e possivelmente outros membros do MPF, apesar de utilizarem expressões abstratas para justificar suas atuações em 'prol da sociedade brasileira', possuíam interesses bem concretos", descreve o relatório à página 43. Os objetivos da fundação, assegura a corregedoria, indicavam "mais um expediente dentro de um conjunto de ações com foco no protagonismo pessoal, seja diretamente pela exposição de alguns de seus atores, (...) o que favorecia a projeção individual no campo político". E finaliza: "A pessoalidade de todo esse esforço foi posteriormente concretizada pela migração do então juiz Sérgio Moro e do então procurador Deltan Dallagnol para a atividade político-partidária".

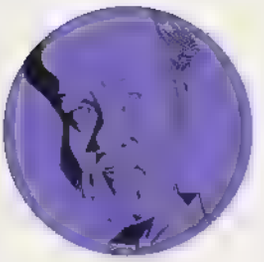
O relatório do CNJ concluiu que o então juiz, Hardt, Dallagnol e demais procuradores "atuaram para promover o desvio, por meio de um conjunto de atos comissivos e omissivos", do dinheiro, destinado à criação de uma fundação voltada ao atendimento de interesses privados, o que só não se consumou em razão de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. "Feitas essas ponderações", finaliza o documento, "tem-se que o estudo do conjunto é apto para a construção da hipótese criminal."

Kotter promete não parar por aí. Novidades virão. •

ines249

**AFONSINHO**

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



# Saldo positivo

▶ Apesar do predomínio dos riquíssimos times europeus, o Mundial de Clubes rendeu bons frutos para o futebol brasileiro

Agora, só resta a finalíssima do Mundial de Clubes, que premiou os dois melhores times de futebol profissional do planeta na atualidade: o francês PSG e o inglês Chelsea. Como diz a máxima dos torcedores, "futebol é momento". As semifinais com três times europeus e um brasileiro, o Fluminense, renderam dois jogos díspares nessa primeira versão do torneio.

A segurança emocional do Chelsea ao longo de toda a partida foi algo de um nível extraordinário. Diferentemente do que se viu na maioria das partidas eliminatórias, o time inglês começou o jogo em um ritmo moroso, especialmente nas saídas de bola. Ficamos tentando entender se isso se devia ao controle do desgaste provocado pela temperatura elevada ou a algum outro fator. No fim, ficou evidente a capacidade da equipe de se organizar e demonstrar amadurecimento no controle de uma partida tão difícil.

O Chelsea fez por merecer. Conduziu uma partida extremamente aplicada que, infelizmente, acabou eliminando o representante brasileiro. Ainda assim, foi um confronto espetacular. A prova do controle e domínio do clube inglês apareceu já antes do apito inicial, com a surpreendente contratação e escalação imediata do jovem brasileiro João Pedro, que rapidamente tornou-se a sensação do Mundial de Clubes. Seu desempenho na competição foi excepcional, e ele já desponta como um forte candidato a uma vaga na Seleção Brasileira, tão carente de goleadores.

Aliás, recentemente Gerson acertou sua transferência do Flamengo para o Zenit, da Rússia. O futebol brasileiro despede-se de mais um armador clássico, uma peça que tem feito falta à Seleção Canarinho. Quem diria que o Brasil chegaria a esse ponto, depois de ter sido agraciado, ao longo da história, com gênios como Zizinho, Didi e outro talentoso Gérson, o "Canhotinha de Ouro", que brilhou na conquista da Copa do Mundo de 1970.

**Já a partida do outro** lado da chave do Mundial de Clubes, entre o poderoso Real Madrid e o "caçula" entre os maiorais, o PSG, beirou o fiasco. O clube espanhol, maior vencedor da história, praticamente não entrou em campo. Não se tratou de poupar jogadores ou algo do tipo. Foi simplesmente uma atuação muito abaixo, marcada pelo mau momento da equipe.

Inacreditável a miscelânea da escalação do Real Madrid. Ao escalar o capitão Valverde na lateral direita, o técnico desfigurou completamente a equipe. Dois erros graves ocorreram ao mesmo tempo: o meio-campo perdeu seu equilíbrio e a defesa ficou desprotegida. O resultado foram dois gols sofridos em menos de dez minutos – golpes fatais. No jogo das quartas de final contra o Borussia Dortmund, que garantiu a classificação para a fase seguinte, o clube espanhol sofreu dois gols somente nos acréscimos.

De modo geral, os jogos do Mundial de Clubes evidenciaram as características que arrastam multidões pelo mundo: resultados surpreendentes e emoção do início ao fim. Uma das principais razões para a realização do torneio nos EUA é justamente ampliar o interesse do público no mercado norte-americano. Não por acaso, a próxima Copa do Mundo de seleções será sediada no país, com partidas também disputadas no México e no Canadá – outra aposta na expansão da base de fãs do futebol na região.

Os norte-americanos claramente não são "fanáticos" pelo esporte, que já foi bretão. Em muitos jogos, os estádios não lotaram, mesmo com a adoção de políticas de incentivo, como a redução do valor cobrado pelos ingressos.

Para o futebol brasileiro, o Mundial de Clubes teve um resultado altamente produtivo, a começar pelas elevadas premiações que Botafogo, Flamengo, Fluminense e Palmeiras receberam. Espero que os dirigentes desses clubes saibam colher os frutos que esse torneio rendeu.

Em ótima fase e um dos destaques do Mundial de Clubes, o colombiano Jhon Arias, meia do Fluminense, não escondeu o desejo de atuar no Velho Continente. Ainda assim, foi muito feliz ao enaltecer os feitos do futebol sul-americano no torneio – não apenas dos clubes, mas também dos atletas latinos que brilham em diversas equipes ao redor do mundo.

O predomínio dos clubes europeus, financiados por riquíssimos "donos" estrangeiros – e até mesmo por Estados nacionais – salta aos olhos. É o caso do PSG, controlado pela Qatar Sports Investment (QSi), subsidiária da Qatar Investment Authority, fundo soberano controlado pelo emir do Qatar, Tamim bin Hamad Al Thani. Fico me perguntando se o Brasil, em sua era desenvolvimentista, não era mais rico do que é hoje. Já vivemos fases melhores, não apenas no futebol, mas também em diversos esportes, como basquete, vôlei, boxe, natação e tênis, entre outros.

Os tempos mudaram e muita coisa se transforma – inclusive os imperialismos •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

**LIGIA BAHIA**
Médica, professora titular da UFRJ, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde

# Carta na manga

▶ O Ministério da Saúde pode e deve almejar uma homogeneização de preços. E que problemas similares sejam tratados com idêntica qualidade

"Agora Tem Especialistas" é o programa do Ministério da Saúde para ampliação de acesso e aumento dos valores pagos pelo SUS para determinadas consultas, exames e cirurgias. Tradução prática de uma das funções do Estado, a da compra de serviços, do tipo pagou levou, promete resolver o cruel racionamento do uso de assistência médica no País. Tudo, em princípio, parece bem engendrado. Troca de dívidas por procedimentos de média e alta complexidade e uma tabela SUS Plus potencializariam esforços para mitigar desigualdades que comprometem a vida.

Poder e regulação adequada tornariam o "Agora" permanente no futuro. Clínicas, hospitais filantrópicos e privados e empresas de planos de saúde, devidamente remunerados pelo governo, tenderiam a integrar uma rede unificada de serviços de saúde de excelência. Tudo acabaria bem, o atual sistema de saúde fragmentado e segmentado, com problemas de qualidade e segurança no atendimento, atingiria uma universalização efetiva, semelhante aos modelos "único pagador" de países com renda alta.

Portanto, ir às compras não é pecado, o que deve ser evitado, especialmente com recursos escassos, é ignorar experiências e evidências internacionais e nacionais. Todos os sistemas modernos de saúde são predominantemente financiados publicamente, a maior parte por impostos. Esse padrão corresponde a três atributos básicos da organização de redes de saúde: quem paga, quem é atendido e quem e quanto recebe pelos cuidados prestados. Financiamento fiscal distributivo vem acompanhado por taxas de utilização correlacionadas com problemas de saúde, melhor acesso para aqueles com menores rendimentos e maior capacidade para controlar gastos.

Em sentido oposto há países, incluindo o Brasil, nos quais o financiamento predominantemente privado oferece maiores oportunidades de rendimento para médicos e hospitais, e ainda melhores aos especialistas. Tentar que o SUS pague bem sem sequer mencionar a estrutura perversa dos gastos tributários, que protege os mais ricos e saudáveis, parece uma aposta muito arriscada. Teremos quantas e quais tabelas? A do SUS paulista, apresentada como mais apetitosa do que a federal, a dos hospitais que só atendem o segmento AAA, a do "Agora"?

**Um exame mais** atento dessa variedade de tabelas, na realidade das diferenças de pagamento, em tese pelo mesmo procedimento, valorizado de acordo com uma estratificação oculta da relevância das vidas humanas, desvela desigualdades sustentadas por estratégias permanentemente renovadas de distinção social. Segmentos médios de renda foram rebaixados por planos de saúde, a garantia de acesso a hospitais mais reputados passou a ser prerrogativa para um grupo populacional ainda mais seleto. Grandes grupos empresariais deixados à vontade para exercer suas estratégias expansionistas competem criando mercados e impondo preços.

Existe um debate sobre tabelas na saúde, modelos de remuneração. Mesmo valor para o mesmo procedimento com ou sem adicional para distância, lugares remotos, com ou sem pagamento extra para emergências, regimes de trabalho de plantão, com ou sem remuneração da produtividade. Aqui é diferente. Define-se o preço de acordo com a suposta capacidade de pagamento, do governo ou do cliente. O SUS paga pouco, remediados duas vezes *vs.* ricos dez vezes. Preços são ajustados ao *status* socioeconômico, à hotelaria, ficam distantes dos custos efetivos.

O Ministério da Saúde pode e deve almejar uma homogeneização de preços. Pode e deve ambicionar que problemas de saúde similares sejam tratados com idêntica qualidade e quantidade de procedimentos. São cartas na manga. No jogo aberto até o momento, a intenção revelada é pura e simplesmente "fazer mais". Contudo, os parâmetros para estimar quanto será acrescentado pelo "Agora Tem Especialistas" sugerem cautela. Os 4,4 bilhões de reais previstos para o programa (em dois componentes, contratação com dispensa de licitação e troca de créditos tributários) representam 1% do total de recursos públicos para a saúde (somando União, estados e municípios), 8,5% do orçamento para a saúde do estado de São Paulo e o dobro do investimento anunciado para a construção de um hospital inteligente.

Acabar com a fila admite duas estratégias: a primeira consiste em ampliar a oferta pública, a segunda, sumir com as listas, dividindo e redividindo-as por municípios e estabelecimentos. Redução de tempo de espera e objetivos sanitários estão correlacionados, mas não são intercambiáveis. Quando o controle do cassino é inalcançável, recomenda-se que o crupiê não confunda a escolha política de subfinanciamento do SUS com inviabilidade econômica. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

JÁ TRABALHEI TANTO QUE SÓ QUERO DESCANSAR.
E QUAL É O PLANO?
143
FUNERÁRIO.

ines249

# POLÍTICA NA VEIA

*Política na Veia* é o *podcast* semanal de política da *CartaCapital*. A cada semana, Sergio Lirio (*CartaCapital*), Claudio Couto (*Fora da Política não há Solução*) e Luis Nassif (*GGN*) discutem os principais assuntos do cenário político em conversas profundas, com análises objetivas e opiniões contundentes sobre a política nacional.

SE VOCÊ TEM POLÍTICA NO SANGUE,
OUÇA ***POLÍTICA NA VEIA***

**TODA QUARTA-FEIRA,**
NO SPOTIFY, YOUTUBE E NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE ÁUDIO.

Carta

ines249

# Papel planta ÁRVORES

Todos os dias, no Brasil, são plantadas 1,5 milhão de árvores para a fabricação de celulose e de papel.

Boa notícia para os consumidores que preferem ler jornais, revistas e livros impressos. Depois de ler, compartilhe e recicle!

LOVE PAPER®

Saiba mais

lovepaper.org.br

Fundada em 2008, Two Sides é uma iniciativa global, sem fins lucrativos, que divulga os atributos únicos, sustentáveis e atraentes do papel e das embalagens de papel, bem como esclarece equívocos comuns sobre seus impactos ambientais. Two Sides é uma colaboração de empresas de celulose, papel, embalagens, gráficas, editoras, jornais e revistas e opera na Europa, América do Norte e do Sul, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Papel, cartão e papelão são recicláveis biodegradáveis e provêm de florestas cultivadas.

Papel, cartão e papelão: uma ótima história ambiental para contar

TWO SIDES

twosides.org.br